

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA  
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

MURILO REBECCHI

**ENTRE A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM POVO ESQUECIDO: OS XETÁ**

Maringá

2014

MURILO REBECCHI

**ENTRE A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM POVO ESQUECIDO: OS XETÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Lúcio Tadeu Mota

Maringá

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA  
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

**ENTRE A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM POVO ESQUECIDO: OS XETÁ**

**BANCA DE APROVAÇÃO**

---

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota – (presidente/orientador UEM)

---

Profa. Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (membro convidado UEM/DHI)

---

Profa. Dra. Carmen Lucia da Silva (membro convidado UEMT)

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Maringá

2014

## AGRADECIMENTOS

“ Um tempo bom existe sim e ele sorri para quem quiser viver, um bom momento vai estar para sempre na sua mente, basta lembrar pra vida ficar diferente!”

‘APC 16’.

Em primeiro lugar à Deus pela vida, por me oportunizar cada dia e por me dar a chance de viver este tempo bom!

Agradecimentos sinceros ao Professor Lúcio Tadeu Mota que de maneira incansável esteve na orientação deste trabalho desde seu início, proporcionando a todo momento reflexões acerca do objetivo de minha pesquisa. Imensamente honrado e grato por ter estado ao lado de um dos maiores estudiosos do país da Etno-História.

Aos meus pais: Edson Pereira de Almeida (São) e Leonice Ponzani Rebecchi (Léo) pela vida, por cada bronca, pelos castigos na infância na maioria das vezes merecidos. Pela doação irrestrita em uma fase extremamente difícil de minha vida, que nós sabemos bem quão difícil foi.

Às minhas irmãs: Talita (Tata), Cássia (Caca) e Giovana (Jhol) pelo companheirismo, carinho e amizade desde nossos primeiros anos de vida, tenho certeza que neste momento assim como eu vocês estão felizes. Ao meu irmão Esdras (Dinho) por todo o tempo que se dedicou em me ajudar com tudo que estava a seu alcance.

Agradeço a minha noiva Raudcléia Luz que sempre compreendeu e me apoiou nas idas e vindas durante os estudos.

Aos meus professores ainda dos tempos de colégio que sempre estiveram lutando comigo por meu desenvolvimento intelectual. Aos professores de minha graduação e aos estimados professores do PPH e ainda à Gisele, secretaria do Programa.

Aos amigos do Laboratório de Antropologia Etnologia e Etno-História, Éder da Silva Novak, Paulo Caldas Ribeiro Ramon por cada e-mail ou conversa que me auxiliaram durante a pesquisa.

## **RESUMO**

O presente trabalho faz uma análise do processo de ocupação pelas empresas colonizadoras na região Noroeste do Paraná, e o interesse motivou esta ocupação e as relações que se estabeleceram neste processo, na segunda metade do século XX. Temos como fundamentação neste trabalho discutir a falácia da historiografia tradicional em torno do esvaziamento populacional deste território quando da chegada dos colonizadores, fala que em especial por muito tentou negar a existência do povo Xetá. Esse povo ocupava estas terras muito antes da chegada dos colonizadores modernos, mas por inúmeros fatores acabou quase sendo extinto ainda durante as décadas de 1950 e 1960. Assim, nosso objetivo neste trabalho é identificar de que maneira foi e vem sendo construída a memória representativa do povo Xetá em alguns dos municípios que hoje localizam-se no território outrora ocupado por este povo. Buscamos identificar lugares que classificamos como lugares de memória aos Xetá, bem como trabalhamos no sentido de elucidar qual é a representação que as populações que vivenciam/freqüentam estes espaços tem dos Xetá. Além disso buscamos também identificar as políticas públicas destinadas a preservação destes espaços nos municípios que os têm.

Palavras-chave: Povo Xetá, Patrimônio cultural, Memória, historia regional.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the process of occupation by the colonizing companies in the Northwest of Paraná, and this interest led occupation and the relationships we have established this process in the second half of the twentieth century. We discuss in this paper as the basis the fallacy of traditional historiography around the depopulation of this territory when the arrival of settlers, who speaks especially for long tried to deny the existence of Xetá people. These people occupied these lands long before the arrival of modern settlers, but many factors still ended up being almost extinct during the 1950s and 1960s. Thus, our goal in this work is to identify how it was built and has been representative memory Xetá people in some of the municipalities which currently are located in the territory formerly occupied by this people. We seek to identify places that we classify as places of memory to Xetá and work towards elucidating the representations that people who experience / frequent these spaces have the Xetá. In addition we also seek to identify public policies to preserve these spaces in cities that have them.

**Keywords:** Xetá People, Cultural Heritage, Memory, regional history.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CNPI- Conselho Nacional de Política Indígena

COBRIMCO - Companhia Brasileira de Imigração e Colonização

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PMD – Prefeitura Municipal de Douradina

PMP – Prefeitura Municipal de Pérola

PMU – Prefeitura Municipal de Umuarama

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

T.I. – Terra Indígena

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFPR- Universidade Federal do Paraná

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Frentes de ocupação do território paranaense

Figura 2 - Microrregiões do Noroeste paranaense

Figura 3 – Vista aérea de Umuarama (1963)

Figura 4 - Praça dos Xetá em Umuarama

Figura 5 – Identificação da Avenida dos Xetá em Umuarama

Figura 6 – Avenida dos Xetá em Umuarama

Figura 7 - Parque Municipal dos Xetá em Umuarama

Figura 8 - Distrito de Serra dos Dourados, Umuarama

Figura 9 – Praça dos Xetá no Município de Douradina

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO I.....</b>	<b>14</b>
<b>CONCEITOS E DEFENIÇÕES: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E VAZIO DEMOGRAFICO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Discussão e conceitos de memória.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A relação teórica entre História e Memória e seus desafios.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Patrimônio Cultural: da definição à salvaguarda.....</b>	<b>23</b>
<b>1.4 Discutindo o discurso de vazio demográfico.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPITULO II.....</b>	<b>35</b>
<b>COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A PRESENÇA INDÍGENA: OS XETAS.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 Um recorte geográfico do território pesquisado: O Noroeste Paranaense.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 O Processo de (re) ocupação da região Noroeste Paranaense.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 A Colonização da Microrregião de Umuarama.....</b>	<b>43</b>
<b>2.4 Os Xetá e sua trajetória no Noroeste do Paraná.....</b>	<b>50</b>
<b>CAPITULO II.....</b>	<b>55</b>
<b>OS LUGARES DE REPRESENTAÇÃO DOS XETÁ NA MEMÓRIA REGIONAL.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 Maria Rosa Tigua: Uma memória viva do povo Xetá.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Símbolos, signos e lugares da memória Xetá nos municípios do Noroeste Paranaense.....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 A memória institucional e sua significação.....</b>	<b>71</b>
<b>3.4 O indígena no Currículo Básico do Ensino Fundamental no município de Umuarama.....</b>	<b>75</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO I: Decreto de criação d Praça dos xetá em Douradina.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO II: Plano de rotina semanal pedagógica do ensino fundamental (4º ano) da Escola Municipal Tempo Integral: Professora Vanussa S. G. Borges.....</b>	<b>89</b>

<b>ANEXO III: Atividade avaliativa proposta em sala pela Professora</b>	
<b>Vanussa S. G. Borges.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO IV: Capa do Almanaque do “umuaraminha” produzido no ano de 2013.....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE I: Depoimento do Sr. Lourival Sitta (ex-funcionário da COBRIMCO).....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE II: Depoimento do Sr. José Chalegre (ex-diretor da COBRIMCO).....</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE III: Depoimento do Sr. Marcos Vaz (cartunista, idealizador do “umuaraminha”).....</b>	<b>96</b>

## **Introdução**

Esta dissertação de mestrado analisa a memória construída e representada acerca do povo Xetá no noroeste do Paraná, memória produzida em um primeiro momento a partir do interesse das Companhias Colonizadoras na comercialização de terras na região. Ela difundiu um discurso de negação e/ou apagamento da presença indígena na região em meados do século XX, que pode ser debatido a partir de elementos presentes no cotidiano dos municípios da região que apontam de alguma maneira para a presença dos indígenas na região e construída com a ideia da invisibilidade do povo Xetá nestas terras.

Justificamos este trabalho na intencionalidade de fortalecer o rol de estudos e pesquisas que contrapõem o discurso da inexistência dos indígenas na região noroeste do Paraná, em especial apontando para o povo Xetá, e ainda esperando que este trabalho se una aos demais como subsídio para a demanda que no momento da pesquisa já era aparente tendo em vista a tentativa da criação de um Território Indígena para o povo Xetá onde já se fazia presentes muito antes da chegada das frentes colonizadoras.

Para esta pesquisa foram utilizadas como fontes os testemunhos de indivíduos envolvidos no processo de colonização da região, tanto do lado de uma das Companhias colonizadoras, quanto do lado do povo Xetá, onde buscamos contrapor as narrativas construídas por estes indivíduos acerca do processo de formação do atual noroeste paranaense. Também como fonte de nossa pesquisa, apontamos para os espaços que trazem a memória do povo Xetá em alguns dos municípios do noroeste do Paraná, bem como a representação e significação que estes espaços têm para a população circunvizinha/freqüentadora dos mesmos. Além disso, outra de nossas fontes foi o ensino praticado acerca da história do Povo Xetá na rede pública municipal em Umuarama. Ainda no município analisamos as produções institucionais que trazem a figura de um índio reconhecido como símbolo local.

O capítulo 1 deste trabalho CONCEITOS E DEFINIÇÕES: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E VAZIO DEMOGRÁFICO aponta para o suporte teórico de nossa pesquisa, onde no primeiro momento evidenciamos o problema norteador da pesquisa, que é a memória. Em um segundo momento, discutimos a relação entre a Memória e a História, bem como as dificuldades de se trabalhar com a primeira enquanto fonte em

uma pesquisa, tendo em vista o fato de que uma considerável parcela de nossas fontes são provenientes da memória representada nos testemunhos que tomamos quando avançávamos nos trabalhos. Ainda neste capítulo discutimos acerca do debate estabelecido com a disseminação do discurso de um território vazio, ideal pregado pelas frentes colonizadoras, apagando a presença e negando a memória do povo Xetá no noroeste paranaense. Discurso que discordamos ao passo que trazemos à luz os apontamentos de importantes pesquisadores da história regional.

No capítulo 2 A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A PRESENÇA INDÍGENA: OS XETÁ a discussão ocorreu primeiramente com a delimitação espacial do que compreendemos enquanto noroeste paranaense, apoiando-nos desta forma nas definições da Geografia. Elencada essa questão, tratamos de discutir o processo de (re)ocupação da região entendida enquanto noroeste paranaense. Ação desempenhada pelas Companhias Colonizadoras subsidiadas pelo governo estadual que ocorreu em meio a uma política de aniquilação, negação e apagamento da figura indígena por meio do discurso de um território vazio, desértico, de lugares inóspitos, hostis. Destacamos a participação da já extinta Companhia COBRIMCO neste processo. Neste capítulo discutimos como paradoxalmente ao papel das frentes colonizadoras o povo Xetá estava estabelecido na região, apontando para alguns importantes aspectos culturais da etnia, objetivando desconstruir tanto o discurso de um lugar vazio, quanto mostrar a presença pioneira deste povo na região.

O capítulo 3 OS LUGARES DE REPRESENTAÇÃO DOS XETÁ NA MEMÓRIA REGIONAL é onde dedicamos a discussão das fontes de nossa pesquisa. Fontes selecionadas a partir da problemática levantada durante a pesquisa. Vale destacar aqui que, no início deste estudo encontramos dificuldades no acesso de algumas fontes, situação que redirecionou o trabalho, onde inicialmente analisaríamos a participação de uma Companhia Colonizadora, a COBRIMCO na formação do atual município de Icaraíma. Questão está que se tornou então uma de nossas análises a partir do redesenhada pesquisa onde buscamos então identificar como a memória do povo Xetá foi construída e como ela vêm sendo representada e significada no noroeste paranaense.

No primeiro momento deste capítulo trazemos uma de nossas mais importantes fontes, uma remanescente do povo Xetá: Maria Rosa Tiguá, que nos relata as lembranças de sua infância quando ainda em contato com seus pares, mas que tão logo se distancia destes pelo fato de ser adotada por uma família da região de Douradina. Tiguá é peça fundamental em torno da desconstrução do discurso da

negação da presença dos Xetá na região, ou até mesmo da inexistência deste povo. Afirmativas que caracterizam o discurso de indivíduos ligados a uma das Companhias de colonização e que é desmitificado exatamente com o testemunho de Tiguá, o que reforça estudos realizados com base em outros relatos dos demais remanescentes da etnia.

Buscamos também neste capítulo agremiar o que decidimos chamar de espaços de memória do povo Xetá nos municípios da região noroeste, e cabe destacar neste caso que, foi possível identificar estes espaços tão somente nos municípios de Douradina e Umuarama. Feito este levantamento trabalhamos então com a finalidade de observar qual é a representação que a população dos dois municípios fazem em relação aos logradouros alusivos ao povo Xetá. Além desta análise, este capítulo traz uma reflexão em torno de uma figura institucionalizada no município de Umuarama que faz referência a um índio que genericamente é um índio Xetá, o “umuaraminha”, personagem que desempenha funções que dentre tantas a de ator educacional na rede pública municipal de ensino. Ainda não obstante a rede municipal de ensino analisamos também de que maneira os alunos se apropriam do conhecimento histórico em torno das populações indígenas no Paraná e especialmente do povo Xetá e também de que maneira estes alunos representam este povo.

# CAPÍTULO I

## CONCEITOS E DEFINIÇÕES: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E VAZIO DEMOGRÁFICO

### 1.1- Discussão e conceitos de memória

Paul Ricouer (2008) em sua obra *A Memória, a história e o esquecimento*, faz uma análise sobre o conceito de memória, parte de uma reflexão com base no pensamento filosófico antigo, passando pelo pensamento moderno e apoiando-se também nas reflexões contemporâneas. Parafraseando o autor “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”. (RICOEUR, 2007, pag. 40).

A Memória pode ser entendida não só como uma maneira de guardar dados/informações, mas também como uma forma de (re)significância das coisas e de si mesmo, é uma representação das coisas que já lhe foram apresentadas; é uma reconfiguração dos dados e informações guardados e que são despertados por meio da rememoração.

O autor trabalha com vários conceitos de memória, e quando aborda os abusos da memória elenca três tipos: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada. A *impedida ou ferida* é trabalhada a partir da reflexão de Freud que aponta para dois eixos: repetição/perlaboração e melancolia/luto. Já a *memória manipulada* está ligada as relações de poder, que se constitui na medida em que as relações de força, versões da memória e esquecimento são construídas e/ou forjadas. Ainda segundo o autor a especificidade desta segunda categoria da memória está no cruzamento entre a problemática da memória e a identidade, seja coletiva ou individual. Deste modo é pensado o princípio do negacionismo<sup>1</sup> - que está expresso, por exemplo, no caso do Holocausto aos judeus - bem como as alterações que a memória sofreu ao longo de todo o Século XX. Já para entender *memória obrigada* o autor volta-se a questão do dever

---

<sup>1</sup>MILMAN, Luis / VIZENTINI, Paulo F. Neonazismo, negacionismo e extremismo político. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

de memória, que para ele está ligado as feridas do corpo político, ligado a dificuldade de se constituir uma memória destes acontecimentos de modo pacífico. Assim o dever da memória torna-se imperativo, então quando alguém disser: “você se lembrará” significa “você não se esquecerá”. Neste sentido, Ricoeur afirma que por esta razão, “talvez o dever de memória constitua ao mesmo tempo o cúmulo do bom uso e o do abuso no exercício da memória”. (RICOEUR, 2007, pag. 100). Ao passo em que surge como uma necessidade social surge também enquanto obrigação, enquanto imposição.

Na obra o autor também trabalha com o Testemunho; para ele não podemos nos esquecer de que tudo inicia no testemunho, e não nos arquivos, e que mesmo que estes *testemunhos possam em algum momento faltar ou falhar com o fiel, não há nada melhor* que dispomos do que o próprio testemunho para acervar alguma coisa que passou. Quando falamos em testemunho, logo nos remetemos ao indivíduo que possui tal elemento, e neste caso Ricoeur (2007) aponta para os “privilégios” que a testemunha reclama para si: ela viu o que os outros não viram, já que esteve lá, sua narrativa é verdadeira. E esta testemunha então – conta o que presenciou; espera que lhe sejam atribuídos créditos pela narrativa; e garante que sua narrativa pode ser confirmada pelas demais testemunhas que presenciaram o ocorrido. Com este último grifo, a testemunha acaba abrindo um precedente para que sua narrativa seja discutida/debatida, tornando então um objeto público de reflexão, verificação e contestação.

Para o autor os testemunhos são comparados entre si e a documentos e vestígios. Neste momento ocorre a fase documental, e segundo ele “é aquela que vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e que escolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental.” (RICOEUR, 2007, pag. 146).

Em sua obra *História e Memória* Jacques Le Goff faz alguns apontamentos sobre o conceito de História; A relação entre história objetiva e história vivida, a relação da história com o tempo natural, parece que a dialética da história resume-se em uma oposição passado/presente, também a relação da história com o futuro, por fim a relação dela com as outras ciências.). Jacques Le Goff remete-nos em sua obra aos gregos arcaicos, já que foram eles que deram a memória um caráter venerável, ela tinha função de lembrar aos homens os grandes feitos dos heróis; segundo a mitologia a história é filha da memória, no entanto, Jacques Le Goff aponta uma tensa relação entre

ambas; apontamento que foi possível a partir de constantes questionamentos recentes sobre os elos que se formaram entre história e memória, questionamentos estes que levaram a um descrédito da historiografia tradicional.

Jacques Le Goff (1992) sobre a pesquisa da história a partir do uso da memória enquanto recurso, apresenta argumentação de que o historiador deve repensar suas definições sobre fontes de pesquisa, e neste sentido ele fala sobre o documento que é, uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época e da verdade. Segundo ele o documento é algo que fica, que dura, e que o testemunho é um ensinamento e que deve ser apurado, analisado, para o entendimento de sua etimológica, desmistificando seu significado aparente. Assim devemos transpor as ideias sobre a memória, e analisarmos a mesma enquanto base para a pesquisa historiográfica, é claro que tendo como princípio a imparcialidade e a busca na veracidade dos relatos obtidos por meio da memória coletiva (LE GOFF, 1992). Le Goff ainda chama a atenção para a preocupação dos grupos, dos indivíduos e das classes em tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, e estes grupos são aqueles que dominaram e dominam as sociedades históricas; Neste aspecto o autor aponta que, os esquecimentos e silêncios são resultantes do mecanismo de manipulação da memória coletiva (LEGOFF, 1992, P. 426).

Peter Burke (2000) chama a atenção para o olhar da historiografia tradicional para a relação entre História e Memória. O Historiador era visto como o guardião da memória dos acontecimentos públicos. Eram duas as atribuições destinadas a memória; a primeira como uma maneira de proveito dos seus autores, de modo a proporcionar fama a estes; a outra maneira de ver a memória era, como uma forma de modelo exemplar, a partir das experiências do passado. Uma outra questão extremamente importante apontada pelo autor é que, História e Memória não são produtos meramente inocentes das sociedades, conforme o discurso da historiografia tradicional (BURKE, 2000). Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais: “não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p.69-70). O autor analisa a memória a partir de dois aspectos; no primeiro, a memória é vista como **fonte histórica**; “mesmo os que trabalham com períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos” (BURKE, 2000, p.72). Os apontamentos feitos pelo autor

acerca do tema é pressuposto teórico importante, levando-se em conta os cuidados que se fazem necessários quando decidimos por trabalhar com os testemunhos enquanto fonte nesta pesquisa.

## **1.2- A relação teórica entre História e Memória e seus desafios:**

Inúmeras são as tentativas de historiadores em diversos campos do saber histórico para delimitar fronteiras ou aproximar as concepções de história e memória que têm definidas as formas de uso e questionamento do passado. A relação entre história e memória enquanto um desafio teórico torna-se menos uma preocupação intelectual do que uma necessidade dentro da escrita histórica.

Coletâneas brasileiras sobre o tema como *Memória e ressentimento*, indagações sobre uma questão sensível (BESCLANI; NAXARA, 2001); *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras* (MARSON; NAXARA, 2005); entre outras, marcaram as bases em que historiadores e outros pesquisadores que se ocupam do passado têm postas as suas pesquisas sobre as diversas memórias que compõem uma sociedade (SANTOS, 2007).

Estas buscas têm permeado pesquisas sobre os mais variados pensamentos: o filosófico, o sociológico, o literato, os quais recolocam no âmbito da historiografia a necessidade de se questionar o uso da memória e do passado, além das conceituações que até então tem sido usadas como essenciais na discussão da história que usa a memória como cerne. Autores como Jacques Le Goff (1994) e Paul Ricoeur (2000) apontam inúmeras tentativas de formular e/ou reformular situações que ajudem a penas as implicações do passado no presente (SILVA, 2007).

Pierre Nora (1993) faz uma trajetória contrária em relação ao “fim da memória”, saindo em defesa dos trabalhos que tomam a memória como uma motivadora das atividades políticas atualmente. Discutiremos aqui a problemática em torno das noções de memória, bem como a forma que estas se apresentam na historiografia. Para tanto se faz necessário discutir o papel político que estas noções desempenham na

prática historiográfica, em especial, na prática cotidiana de grupos que se colocam como necessitados da memória, bramando direitos e deveres da memória.

No início do século XXI a memória se apresenta política, social e culturalmente cada vez mais efervescente como um desafio para uma historiografia que já há tempos reconheceu seu trabalho para com o passado, além de suas reflexões sobre o presente, que com suas demandas chamam respostas, e por sua vez impõem certas permanências à memória, além de questionar gestões de tentativa de uma certa cristalização do passado (SILVA, 2007).

Atualmente a história vem sendo definida por um número significativo de historiadores mais como uma reflexão dinâmica das relações entre passado e presente, do que como um mero estudo do passado. A veracidade atualmente buscada não se vale mais da busca de um passado imutável, mas sim das dinâmicas relações entre o que se narra/escreve e o presente de quem o faz.

A busca não é mais por uma verdade inquestionável, mas sim pela compreensão de um passado vivido e sobrevivido em monumento e documentos, rastros ou mesmo lugares de memória se mostram como espaço de um privilegiado potencial para uma compreensão do presente (SILVA, 2007). Deste modo o presente pode ser visto como um tempo que se coloca ao historiador como uma dinâmica, que a todo instante o convida a uma pesquisa que possa auxiliar no processo que lhe é exigido de compreensão do presente. Um passado que em muitas situações deixa emergir ressurgências, que obrigam um repensar sobre memórias constituídas e vividas num âmbito político, o que acaba por provocar ações e reações nos mais diversos grupos étnicos, religiosos, acadêmicos, entre outros, em relação às suas defesas quanto aos direitos e/ou deveres da memória.

O livro *A Memória coletiva* (HALBWACHS, 2004) que por muito tempo foi um manual da historiografia em torno da discussão sobre a memória tem passado por uma reestruturação teórica, que visa alterar alguns matizes em relação ao conceito ou de memória coletiva ou de memória individual, que ainda hoje tem sido interpretada como uma variável para a compreensão da memória (SILVA, 2007).

Jacy Alves de Seixas (2001) em um de seus artigos faz uma incisiva análise a respeito da função sociológica da memória proposta por Halbwachs, no qual chama a

atenção para uma “legitimidade de sua tese principal, onde a memória representa basicamente o processo de reconstrução do passado por meio de quadros sociais do presente” (SEIXAS, 2004, p. 97). Ao identificar tal perspectiva a autora se propõe a refazer seu pensamento a luz de saberes como a literatura e a filosofia de Proust e Bergson respectivamente, de modo a se situar em relação a um:

Polo oposto a noção de memória tal como foi elaborada por Halbwachs a memória articula-se como uma possibilidade de fazer “reviver” o passado, fazendo-o ressurgir (...); (...) de uma memória coletiva que possa de alguma forma resgatar o que não é mais imediato e socialmente articulado e representado (SEIXAS, 2004, p. 95).

Nesta interpretação, a memória coletiva e a memória individual se elaboram a partir de um exercício voluntário e racional de reconstrução do passado. Conforme Jacy Alves de Seixas (2004) Halbwachs acredita que são os quadros sociais que permitem a lembrança a medida que cada grupo sobrevive e se coloca como articulador de uma determinada memória (SILVA, 2007). Para a autora, muito mais do que reconstruir o passado, a postura adotada por estes grupos é de, fazer deste passado em esteio de lutas políticas referendadas a partir de memórias, que reatualizadas pautam as noções de cidadania e identidade.

Isto porque mais que mantenedores, na concepção de Halbwachs, estes grupos sejam de que luta for – étnica, religiosa, política – tem na memória um ponto de apoio que justificam suas ações. Lidam afetivamente com uma memória que traz consigo um passado repleto de sentimentos e afetos:

São em grande medida, estes grupos, tão heterogêneos quanto se é possível pensar, os sujeitos da memória que hoje presenciamos os sujeitos de direitos e deveres da memória contemporâneos. Fenômeno desconhecido por Halbwachs, no entanto, bem destacado por ele quando nos fala a respeito das pluralidades das memórias coletivas e das diversidades das memórias sociais (SEIXAS, 2001, P. 96).

Questões que nos fazem pensar a memória fora dos parâmetros da história escrita. Segundo Seixas isso se apresenta como “direitos e deveres da memória dos grupos sociais”. Segundo a autora as expressividades da memória que constantemente são apresentadas nos meios sociais tem apresentada uma feição política, que mostram a maneira com que estes sujeitos se posicionam em relação à realidade e como a interpretam. Nesse ponto a memória assume uma forma de “defesa política de si e dos outros nos quais os sujeitos se reconhecem” (SEIXAS, 2002, p. 61).

Paul Ricoeur (1991) problematiza a questão a partir da discussão feita no livro *O si mesmo como um outro*, onde ele defende a narrativa da capacidade do sujeito de formular uma identidade de si mesmo, sendo capaz de dizer que é a memória narrada a partir dessa identidade. Ainda segundo Ricoeur uma identidade narrativa que compreende a si mesma é também o fazer de compreender do outro por meio do ato narrativo (RICOEUR, 1991).

Assim o passado emerge quando o hoje permite. Isso ocorre de diversas formas e conforme as diversas necessidades dos que recorrem ao passado. Assim o ato de memória perpassa o objetivo de somente “conhecer o passado”, possibilitando assim o reviver deste passado deixando vir a tona toda uma carga afetiva que estas memórias possuem, o que acaba também delimitando ações e reações, seja ele individual ou coletivo, marcando lutas e identidades.

Como uma forma de atualização do passado a memória se vale de uma sensibilidade que leva a uma discussão entre história e memória: o alcance das problemáticas do historiador em relação ao caráter afetivo e sensível que a memória possui presente no meio social e que se apresenta nas atuais discussões históricas. Portanto se faz necessária adotar uma implicação metodológica nessa relação e a postura que se toma ao lidar e produzir o conhecimento histórico (SILVA, 2007).

Durante as quatro últimas décadas a historiografia pairou sobre a discussão em torno de discussões que traziam caracterizadas nas percepções políticas e culturais como instâncias dinâmicas que interferem nas ações do homem no seu tempo e espaço. Sendo assim a preocupação com a relação entre história e memória que apresentamos pauta-se na ideia da memória enquanto potencializadora das ações dos homens, e que pode ser tomada como uma fonte para a história. Mas que em seus mecanismos de existência exige do historiador um olhar apurado para percebê-la enquanto passado.

Pensar a memória enquanto exercício político na medida em que se concebe a política como correspondente a tudo que refere-se a vida individual ou mesmo coletiva de uma sociedade (REMOND, 1999). Sendo assim algumas discussões tem nos chamado a atenção quando ao exercício de reflexão da relação entre a memória e a história.

Bresciani e Naxara (2001) em um trabalho que é parte da coletânea *História e (re)sentimento*, alinhando memória, história e ressentimento, convidando os historiadores a discutir a história, principalmente a política, levando em conta os mais variados aspectos da relação entre política e afetos; entre os sujeitos individuais e suas afetividades; entre práticas sociais e políticas (BRESCIANI; NAXARA, 2001).

Nos exercícios das memórias e das afetividades dos sujeitos nas suas mais diferentes ações há a efetivação destas relações. Uma leitura da memória enquanto resposta e propostas colocadas ao presente requer uma percepção que na leitura do passado não ocorre meramente uma “recuperação” do mesmo. O passado ganha então uma efervescência que responde a desafios não dele em si, mas do tempo presente, que é pontuado por disputas postas aos sujeitos pelo meio social.

Nesta abordagem, a caracterização político-afetiva da memória não pode ser descartada, mas sim como possibilidade de interpretação da subjetividade e da sensibilidade que tem importância nas ações dos indivíduos e, na história construída a partir da vivência dos mesmos. Neste sentido corroboramos da percepção de Gagnebin, quando ele diz que:

A rememoração também significa uma atenção ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo um fim em si mesmo, visa a transformação do presente (GANGNEBIN, 2001, p. 91).

Neste caso a temporalidade que é levada em conta pelo historiador em seu trabalho ganha um novo sentido, de modo que o presente não é apenas o tempo que proporciona a lembrança, mas torna-se um tempo a ser alterado. Lembrar é um processo de fazer aparecer ou até mesmo agir em cena. Há aqui a elaboração de um vínculo entre lembrar, contar e agir fazendo nascer não somente uma narrativa do passado, mas também uma maneira de dotá-lo de sentido, fazendo com que acabem por representar uma força vinculada as disputas de memória do presente, chamando assim os indivíduos a ação (SILVA, 2007).

Jacques Le Goff (1994) reclama para a memória o poder de atuar em torno da mudança. Poder este que é politicamente ciente de seu fazer e de seu papel social. Neta interpretação, portanto, a memória está dotada de certa expressividade política que a

direciona para a cultura do sujeito que é posta em discussão, bem como a defesa de si e de seu grupo, mas sem deixar de lado o que de bom for trazido com tal transformação (LE GOFF, 1994).

Direitos e deveres como implicação, trazem a necessidade de problematizar a noção de memória coletiva e de memória individual, a luz daquilo, tanto grupos sociais, quanto sujeitos tem reclamado como sendo as suas experiências vividas constituidoras de suas memórias.

Aqui chamamos para a discussão Walter Benjamin (2004) para então refletirmos a relação articulada entre memória e história. Partindo então de alguns ensaios e teses de Benjamin é possível pensarmos que como alguém se lembra, se situa em certo mundo de cultura que se transforma e que lhe dá diferentes demandas políticas para sua vivência, mesmo para os que se colocam ali enquanto historiadores. Neste caso, apontando para a discussão feita por Gagnebin (2004) a respeito de Benjamin, que se põe a discutir o que é de fato a experiência vivida, e como a mesma, ao ser lembrada e reconstituída, pode ser entendida como uma ação ética quando impõe uma interpretação sobre ações e identidades, e que da mesma forma na concepção de Benjamin que se permite apresentar como sendo uma espécie de aconselhamento, a qual nasce no pedido de um conselho e que ainda se concretiza com a validação dada as experiências de vida.

Neste sentido há um entrelaçar entre memória narrada e ação presente necessária. O narrador tem neste caso a noção de sua dependência em torno das memórias para o exercício de sua função de aconselhador de um grupo (SILVA, 2007).

Para Gagnebin (2004), Benjamin interligou história e narração, a partir daí a memória e o esquecimento como peças de um jogo onde homens e mulheres colocam-se no mundo, dentro dos quadros de enfrentamento político. Para Benjamin, se o “inimigo não tem cessado de vencer”, é neste processo de relação entre passado e presente e nas suas formas de expressão, sejam nas velhas narrativas orais, sejam nas literaturas.

A obra de Walter Benjamin entendida como a partir do âmbito filosófico, como um manifesto de uma visão de mundo que apresenta uma transformação da visão radical da sociedade. A tentativa de definir conceitualmente a obra de Benjamin no sentido de poder perceber o caminho que este autor faz para apresentar uma história que rompe

com a perspectiva daquela história construída pela classe dominante, admitindo também que o passado seja (re)contada por meio das demandas dos diversos grupos sociais e do próprio historiador. Isso permite que as noções de história e de memória sejam colocadas como parte dos embates, e segundo Gagnebin (2004):

História e literatura enraízan-se no princípio do lembrar, seja para tentar construir um passado (...). Se podemos ler as histórias contadas pela humanidade contadas a si mesmo, com o fluxo constitutivo da memória e de sua identidade, portanto, o movimento que a narração faz deixa de ser atravessado, pelo fluxo do esquecimento; um esquecer que não é simplesmente o ato de esquecer, mas também o de apagar, renunciar ou recortar a infinitude da memória (GAGNEBIN, 2004, p.03).

Contar o passado é, portanto, um processo no qual a memória não pode prescindir do esquecimento, e a ligação que ambos possuem faz-se por conta da necessidade que o presente trás de reviver o passado, lidando assim com um processo conflituoso.

### **1.3- Patrimônio Cultural: da definição à salvaguarda**

Quando tratamos da questão da preservação do patrimônio cultural faz-se necessário retomar alguns conceitos em relação à utilização de espaços enquanto lugares de memória. Pierre Nora (1999) utiliza a expressão *lugares de memória* para definir os espaços e temporalidades que se tornam apoteóticas para determinadas sociedades urbanas<sup>2</sup>. A estes lugares são dados importantes significados, fazendo parte da memória coletiva de um determinado grupo, a memória contém uma identidade que possibilita um grupo se sentir pertencente a um determinado espaço.

Conforme Sandra J. Pesavento, memória, é a “presentificação de uma ausência no tempo que só se dá pela força do pensamento; capaz de trazer aquilo que ocupou lugar no espaço” (PESAVENTO, 2002, p. 26).

Quando nos deparamos com um espaço de relevância histórica, este espaço ainda que de maneira remota evoca para lembranças que despertam sentimentos, afetos

---

<sup>2</sup>Idem PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 29, 2002.

que parecer fazer reviver momentos e fatos ali ocorridos. Esta memória pode ser despertada por meio de lugares e/ou edificações, portanto, não carrega consigo somente sua materialidade, mas também significados e vivências que nestes lugares se experimenta.

Para Michael Pollak<sup>3</sup> (1989) a memória comum a um grupo, que é a memória coletiva serve de esteio para manter uma coesão destes grupos e de suas instituições. Na busca por uma coesão, pelo passado, e pelo sentimento de pertencimento, com vista a delimitar um traçado comum, a cidade pode então escrever e reescrever seu passado por meio da junção e ordenamento de fragmentos. Deste modo cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza por meio da narrativa:

Cada cidade inventa seu passado, construindo um mito e suas origens, descobrem ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares de significância. Mais do que isso, tal processo imaginário de inovação é capaz de construir uma utopia regressiva ou progressiva, onde a *urbssonha* a si mesmo (PESAVENTO, 2002, p. 25).

Em um estágio coletivo essa história passa a pertencer a cada geração que se segue pois, as memórias de um indivíduo estão ligadas em muito as construções que sinalizam um passado comum a todos. Bosi<sup>4</sup> (1987) destaca que, cada geração possui em sua cidade memórias de eventos/acontecimentos os quais servem de elo a sua história. Salienta ainda que o fazer lembrar está apoiado na materialidade, nas pedras da cidade. Este espaço urbano, aparentemente familiar a todos, dá uma sensação de embora a agitação do dia-a-dia se segue.

Neste aspecto vale ressaltar que, o estudo do patrimônio cultural traz a valoração de algo que é importante a um determinado grupo em um dado tempo/espaço. Tal patrimônio elege três categorias: na primeira estão englobados os elementos ligados a natureza e ao meio natural; já a segunda categoria está ligada ao conhecimento, as técnicas, ao saber-fazer; a última diz respeito de modo mais específico ao patrimônio cultural, o qual carrega consigo todo o tipo de artefatos, coisas e construções que resultam da relação entre o homem, o meio e as habilidades humanas do saber-fazer,

---

<sup>3</sup> Idem POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

<sup>4</sup> BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol. 1, n. 1, p. 199-200, 1987.

portanto, é tudo aquilo que resulta dos saberes do homem ao transformar elementos da natureza, adequando-os para seu bem-estar.

A respeito de patrimônio histórico Françoise Choay (2001) considera:

É a expressão usada para designar um bem de usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões grandiosas, constituído pela constante acumulação de objetos que se consagram por seu passado comum; obras e obras-primas das artes e belas artes aplicadas, trabalhos produzidos por todos os seres humanos (CHOAY, 2001, p. 11).

Segundo a autora a noção de patrimônio perpassa a mera ideia de se ter uma coleção de objetos, monumentos e edificações, visto que está ligado a processos mais complexos, envolvendo também a concepção de história e antropologia. Kersten (2000) nesta mesma perspectiva afirma que a antropologia auxilia na percepção do outro, já a história auxilia na leitura de documentos e fatos. Assim o patrimônio, dentro dos processos sociais, segundo a socióloga, podem ser definidos como “dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo deseja como eterno” (KERSTEN, 2000, p. 15).

A tendência do homem moderno é a de desprezar uma construção antiga, olhando-a como uma edificação que deve ser demolida e dar lugar a construções arrojadas e modernas e modernas e que tragam algum tipo de benefício na visão capitalista para a cidade. Tal forma de pensamento confronta a ideia de preservação e de valorização do patrimônio como herança histórica que deve ser preservada. O cuidado com o patrimônio visa resguardar a memória, dando importância às relações sociais existentes e seu contexto, e entendemos que, não é possível preservar a memória de um povo sem preservar os espaços por este utilizados.

Segundo Paoli (1992) as noções de patrimônio histórico deveriam evocar as múltiplas dimensões da cultura como sendo visto como um passado vivo; acontecimentos e fatos que podem ser mantidas na memória e devem ser preservados, pois são coletivamente significados sem sua diversidade; embora não é o que de fato ocorre, pois quando se pensa em patrimônio histórico geralmente se pensa em uma imagem congelada do passado, como uma espécie de museu de objetos antigos, que ali estão apenas para atestar uma herança coletiva. Preservar memórias não significa apenas guardar relíquias e edificações, mas, além disso, a preservação de toda uma história,

todo um caminho que é percorrido pela sociedade desde os primeiros tempos até os dias de hoje.

É possível notar que muitas vezes, por interesses econômicos há uma preferência em demolir o edifício velho, considerando-o como obstáculo ou impróprio ao desenvolvimento almejado pela sociedade moderna, e que atendam às necessidades desta. Neste contexto cabe ao historiador o papel de recuperar essa memória. A historiografia tradicional importa-se em preservar apenas a memória dos vencedores, elaborando documentos e construindo monumentos ligados a grandes personalidades políticas, os quais têm seus nomes gravados em ruas, praças e edificações, e deste modo a história do lugar/município/país torna-se a história dos dominantes e de seus grandes feitos. E, portanto, é função do historiador dar voz aos vencidos, de maneira que não ocorra o silenciar desta diversidade muito rica seja fadada ao silêncio por meio do poder dominante.

A ação de preservar bens de caráter patrimonial deve ter por objetivo conservar elementos do cotidiano e da vida comum, e demonstrar como viviam diferentes sociedades em distintos momentos, pois o que se conserva é sempre aquele objeto/artefato que carregava alguma valorização, que pode estar ligada tanto pelo valor do próprio material que compõe este objeto ou ainda pela herança histórica ligada a alguma personalidade marcante, conseqüentemente dominante. As edificações que tenham algum significado coletivo devem ser o objeto para a conservação de bens patrimoniais, isto porque, se perpetua a memória de uma sociedade de modo a preservar os espaços usados por ela durante o processo de construção de sua história.

Uma política de preservação do patrimônio não pode ter como objetivo apenas a preservação dos bens patrimoniais; é necessário neste processo resistir as imposições e pressões postas pelos proprietários dos imóveis e, muitas vezes pelo poder constituído, e ainda corrigir ou prevenir os “castigos” causados ou pela ação natural ou pela ação humana, intencional ou não.

De acordo com Maria C. L. Fonseca (1997) uma política de preservação deve ir além do ato de preservar bens, devendo alocar neste processo todo terreno que pertence a preservação patrimonial; seriam então os critérios para a seleção destes bens, as causas e justificativas para a preservação dos mesmos, bem como os personagens

envolvidos neste processo, que podem ser indivíduos sociais ou ainda o Estado (FONSECA, 1997).

Quando tratamos com a questão da preservação do patrimônio história surge no imaginário o produto que é elaborado por uma determinada sociedade que para esta o monumento possui certa relevância de significação, pois se trata de algo que possui ligação e é parte de sua construção histórica. Em relação ao termo monumento cabe apontar sua origem: substantivo originado do verbo *monere*(latim) que significa fazer lembrar, e que faz ainda remeter a expressão *mausoléu* - termo designativo de sepulcro suntuoso, expressão derivada do latim *mausoleun*. Le Goff<sup>5</sup> (1985) quando faz referência ao monumento interpreta-o como um sinal do passado, e em sua matriz filosófica o monumento é tudo aquilo que pode remeter ao passado. Carrega consigo a característica de poder ligar-se de modo voluntário ou involuntário, às sociedades históricas, reenviando-os como testemunhos que em sua minoria são testemunhos escritos (LE GOFF, 1985).

Sendo assim, a definição de monumento aproxima-se da conceituação de documento: testemunhos de uma época que objetivam perpetuar uma interpretação, uma memória, uma visão. Preservar um patrimônio é guardar a memória dos acontecimentos, suas origens e razão de ser. Fica sendo extremamente importante fazer uma relação entre os indivíduos e/ou comunidade com o edifício a ser preservado, haja vista que uma cidade em seu cotidiano tem sua identidade construída nas memórias que os indivíduos constroem diariamente.

A atribuição de valores ou significados para um determinado grupo é o que torna um bem como um patrimônio histórico, e é então o que justifica a preservação deste bem. Faz-se necessário então compreender que os mais diversos bens possuem diferentes significados, o que depende, seja do tempo, monumento ou então contexto histórico que está inserido. Estes significados podem também variar de acordo com os diferentes grupos sociais, econômicos e culturais, mesmo que em muitos aspectos o contexto seja o mesmo.

Em relação à conceituação de patrimônio é importante destacar o que Choay (2001) aponta que durante os Séculos XIX e XX o patrimônio compreendia os

---

<sup>5</sup>LE GOFF, J. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 95.

monumentos considerados ou por critérios estéticos ou por critérios históricos. Tal noção de patrimônio privilegiava monumentos e edificações destacando sua materialidade e enfatizando valores históricos e artísticos.

O Conceito de *patrimônio histórico* que por muito tempo era entendido a partir da contemplação de monumento e materialidade, gradativamente está sendo substituído por um termo mais abrangente, *patrimônio cultural* que corresponde a uma coletividade de bens culturais correspondentes a uma coletividade. Esta nova abordagem possibilitou uma multiplicidade de objetos: paisagens, arquiteturas, documentos, expressões artísticas, sítios arqueológicos; facetas que passaram a receber um cuidado especial das esferas local, regional, nacional e ainda internacional.

A Preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil tem início ainda durante a Revolução Francesa. Sobre a noção de patrimônio Fonseca<sup>6</sup> (1997) considera:

É, portanto datada, produzida, assim como a ideia de nação surgida no Século XVIII durante a Revolução Francesa, e foi precedida na sociedade ocidental pela autonomia das artes e da história. O artístico e o histórico assumem, portanto, uma noção instrumental, passando assim a serem utilizadas na construção de uma representação d enação (FONSECA, 1997, p. 37).

Quando há uma preocupação referente à preservação de bens com relevância nacional, nota-se que no caso do Brasil, a noção de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é a mesma da Revolução Francesa, que é a de conferir uma identidade ao país.

O aumento da preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional tem início nos anos de 1920 – em especial uma preocupação com os imóveis – isto pelo fato de que o cenário até então posto prejudicava a conservação dos mesmos, e isto acabou por chamar a atenção para estudiosos e intelectuais que denunciaram o descaso daquilo que seria uma “riqueza” da nação. A imobilidade por parte das elites e do Estado ao tema, percebida pelos intelectuais poderia ocasionar problemas nas múltiplas relações do Brasil para com os países tidos como desenvolvidos, deste modo o tema tornou-se foco tanto nos meios comunicativos quanto nas instâncias governamentais de ordem Federal.

No Brasil, surgiu pela primeira vez uma noção jurídica para o termo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a Constituição<sup>7</sup> de 1934 em seu artigo de

---

<sup>6</sup>FONSECA. Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 81.

número 10; neste é posta a responsabilidade da preservação dos monumentos de valoração histórica ou artística ao poder público.

Artigo 10- Compete concorrentemente à União e aos Estados: III- proteger as belezas materiais e os monumentos de valores históricos ou artísticos, podendo impedir a evasão das obras de arte.

O Decreto<sup>8</sup> 25 de 30 de novembro de 1937 do governo de Getúlio Vargas cria o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O órgão foi instituído por artistas e intelectuais da época. Assim a nova definição para Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é:

“conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, ou então por seu valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico” .

É só a partir daí que se tem no Brasil uma regulação de ordem governamental para a proteção do patrimônio. O que se apresenta anteriormente nas constituições brasileiras é apenas uma noção de deveres e direitos do Estado em relação ao patrimônio. No Brasil a partir da década de 1920 houve por parte dos intelectuais um cuidado inicial em relação aos monumentos coloniais, especialmente nos estados que possuíam algum monumento de significância histórica ou artística, políticas de preservação.

É com o governo de Getúlio Vargas que há a entrada efetiva da questão do patrimônio nas políticas públicas nacionais. Isto ocorreu a partir da elaboração de um anteprojeto<sup>9</sup> vinculado a criação de um organismo de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional; este órgão seria o SPHAN, que teria suas atividades iniciadas em 1936, ainda de maneira experimental, tendo então sua efetividade no ano seguinte, com a formulação do Decreto número 25, de 30 de novembro de 1937, assim o SPHAN começava a integrar o então MES - Ministério da Educação e Saúde.

No ano de 1934 tem início a preocupação com a preservação dos bens de caráter histórico ou artístico quando é criada a Inspeção de Monumentos Nacionais com a ampliação do Museu Histórico Nacional. Caberia então a Inspeção catalogar os

---

<sup>7</sup> CONSTITUIÇÃO DE 1934. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em junho 2013.

<sup>8</sup> DECRETO-LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www.antt.gov.br>>. Acesso em junho 2013.

<sup>9</sup> O anteprojeto foi elaborado pelo poeta Mário de Andrade.

edifícios de natureza e/ou interesse histórico e artístico, bem como de propor ao Estado tronar estes como monumentos nacionais por meio da elaboração de decretos.

Nos anos que se seguiram a criação do SPHAN ficou evidenciada a preocupação de ordem estética em detrimento da histórica em relação à preservação do patrimônio, deixando assim de incorporar questões e conceitos ligados a historiografia, relevantes a preservação.

Até a década de 1970 o conceito de patrimônio nacional estava ligado fortemente à ideia de preservação de bens imóveis, e a estes era reservado o conceito de conjuntos arqueológicos, ainda que de maneira isolada, relevantes a sociedade, os quais eram vistos e utilizados como relíquias do passado, e de tal modo entendidos como símbolo ou sentimento de nacionalidade. Nas palavras de Rodrigues (1998):

Consagrados pelo poder público, estes bens ganhavam uma espécie de aura que os situava acima do presente, dos conflitos e diferenças manifestos no cotidiano. Estavam ali preservados, apropriados a informar o passado como uma das instâncias do conhecimento social, como joias culturais, para serem vistas com a reverência que merecem os lugares fundadores (RODRIGUES, 1998, p. 90)

Mais adiante a política de preservação de bens culturais foi alterada, de modo que outras dinâmicas culturais além dos bens imóveis fossem entendidas enquanto patrimônio. Assim outros bens – além dos materiais -, os quais são entendidos como imateriais tem a possibilidade de tombamento. A Constituição<sup>10</sup> Federal de 1988 em seu artigo 216 dispõe que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini<sup>11</sup> (2006) salientam que com a Carta Constitucional de 1988 alguns pressupostos ligados à preservação, os quais já haviam sido sugeridos por Mario de Andrade, onde a ação de defesa do patrimônio deveria ocorrer separadamente da ação de tombamento.

---

<sup>10</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em junho 2013.

<sup>11</sup>FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 51.

Assim para os autores a partir deste momento a preocupação com a preservação do patrimônio deixa de ser voltada apenas aos bens imóveis, passando também para uma defesa de diversas esferas sociais - questões ambientais ou pluralidade cultural – podendo ser tanto materiais como imateriais.

#### **1.4- Discutindo o discurso de vazio demográfico**

Pretende-se aqui discutir a questão da anulação dos territórios indígenas é também falar sobre o etnocídio de populações indígenas que habitavam a região Noroeste do Paraná, quando por iniciativa do Estado tem início as atividades de colonização de terras que estavam além das fronteiras estabelecidas pelo governo até a década de 1930. Sendo assim, o que se tem caracterizados nesta região são: a fragmentação de um território original e a aniquilação de recursos naturais em virtude da apropriação de propriedades particulares.

A realidade que se apresenta na região Noroeste do Paraná é esta: a de que as matas já não mais existem, assim como a população indígena, que habitava esta região até a poucos anos atrás (HARACENKO, 2007).

Neste sentido nos posicionamos de maneira contrária ao discurso historiográfico hegemônico, o qual apresenta uma ideia de que esta região era uma vazio demográfico quando da chegada dos colonizadores. Segundo o discurso tradicional, as frentes colonizadoras tinham como função aqui na região Noroeste de preencher os vazios por meio do loteamento e venda de terras. Contra o discurso tradicional, portanto, queremos assinalar que a história da ocupação da região Noroeste do Paraná tem em seus primórdios a presença de populações indígenas.

Portanto entendemos como fundamental na discussão aqui proposta fazer alguns apontamentos sobre os estudos de alguns pesquisadores da História Regional paranaense, pesquisadores estes que colocam em evidência a presença indígena, não somente no Noroeste, mas em todo o Estado do Paraná.

Lúcio Tadeu Mota (1994) aponta para a história dos índios Kaingang paranaenses entre os anos de 1769 e 1924, analisando o discurso do vazio demográfico,

tanto na região Norte do Paraná, quanto em todo o estado. Para analisar este discurso o autor apoiou-se em documentos oficiais, pesquisas acadêmicas e materiais didáticos que tratam da ocupação regional. Neste sentido destacamos a fala do pesquisador:

A evidente presença do indígena não é, entretanto, registrada pela história regional (...) Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, em obras sobre o pioneirismo no Norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir da década de trinta deste século é comum encontrar-se a afirmação de que estas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas” (...) a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas (MOTA, 1994, p. 4).

A ideia trazida à tona pelo autor é, parte do discurso das classes dominantes, que apaga a presença indígena, e de tanto ser reproduzida em trabalhos acadêmicos, livros e outras produções acaba por se tornar uma verdade, contribuindo para o predomínio do discurso dominante.

O processo de incorporação do Terceiro Planalto paranaense, por meio das frentes pioneiras de colonização, procurou-se expandir uma ideia de que a colonização ocorreu de maneira pacífica e harmônica. Onde nas palavras de Lúcio Tadeu Mota estas terras passaram a ser entendidas como: “um espaço vazio e improdutivo, pronto para ser ocupado pelos colonos que iriam fazer o progresso”. O autor aponta para alguns agentes responsáveis por projetar esta ideia: como a narrativa oficial das companhias colonizadoras, a fala governamental incorporada nos discursos sobre a colonização, ressaltando o pioneirismo (MOTA, 1994, p.9).

Outra questão em relação ao tema diz respeito à produção dos livros didáticos produzidos sobre a História do Paraná que apontam para a ideia de um vaziodemográfico até a década de 1930, quando a região começou a ser colonizada (HARACENKO, 2007). Fica claro, portanto, que o processo de colonização das terras indígenas trouxe diversos efeitos, desde maus-tratos até a extinção dos grupos indígenas, efeitos que contribuíram de maneira efetiva para diminuição demográfica deste grupo.

Lúcio Tadeu Mota (1994) ao fazer uma análise da produção literária destinada a narrar o processo de colonização do Paraná, salienta que esta produção quando trata da relação homem/natureza, faz isto de maneira agressiva, classificando-a como perigosa, situação que só poderia ser vencida pelas frentes de colonização, que lutariam de modo árduo e heroico para dominar a mata virgem.

E nas palavras do autor:

A natureza hostil, construída pelo pioneirismo colonizador, tinha uma função que, conforme Smith era: a de legitimar o ataque à natureza. Mas tão logo é conquistada, posta ao chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso. A floresta cheia de perigos se transforma nas terras roxas, prontas para fornecerem colheitas dadas de frutos destinados à alimentação e preservação da espécie humana. Misto de hostilidade e idolatria, a natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga (MOTA, 1994, p. 11).

Esta visão de natureza selvagem e de sertão, contrários a civilização foi fortemente anunciada nos discursos sobre o vazio demográfico, produzidos durante o processo de colonização do Paraná, e de maneira igual na região Noroeste. A população indígena então ficou a margem da história, onde o discurso dominante elucidou a ideia de que o “vazio” só pôde ser preenchido graças ao pioneirismo colonial.

Adélia Aparecida Haracenko (2007) quando também discute o assunto ainda chama a atenção em relação ao material produzido por geógrafos, que segundo a autora: “trazem uma grande contribuição para a expansão do discurso do vazio demográfico no Paraná”. A região Norte do Paraná foi a partir da década de 1930, rota de expedições científicas, momento caracterizado por um grande boom colonialista (HARACENKO, 2007, p. 91).

Lúcio Tadeu Mota (1994) estudou de maneira cuidadosa o trabalho produzido por geógrafos<sup>12</sup> paranaenses que produziram seus trabalhos, relatos de expedições e ensaios durante as décadas de 30, 40 e 50 do século XX, onde estes trabalhos apontam para um Norte como sendo um vazio demográfico, onde aparecem expressões como: “sertão desconhecido e desabitado”, “matas virgens” dão a ideia de uma região vazia, ignorando assim a presença da população indígena. O autor aponta algumas destas expressões nos discursos dos geógrafos:

“A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a sudeste e reduzindo-se consideravelmente para oeste onde ainda se encontram, atualmente, reservas de **terras virgens**, muitas das quais devolutas (...) Eis que essa região, que era em 1929 um **sertão desconhecido**, teve suas florestas quase inteiramente devastadas, e em seu lugar sucedem-se, a perder de vista,

---

<sup>12</sup>Os relatórios produzidos sobre as excursões, ensaios e demais trabalhos científicos produzidos, em sua maioria foram publicados na Revista Brasileira de Geografia.

os cafezais; ela está atualmente em grande parte colonizada” (MOTA, 1994, p. 18-19).

Segundo o autor, estes trabalhos foram e ainda são muito utilizados como fonte para produção de materiais acadêmicos, deixando evidente que o discurso do vazio demográfico ainda é bastante evidente.

Os trabalhos acadêmicos e os livros didáticos em sua maioria produzidos, que tratam da colonização do Paraná a partir da década de 1930 em grande parte reproduzem o discurso do vazio demográfico. Chamamos novamente Mota (1994) que elucidada:

“essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade”. Em relação ao vazio demográfico, “O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização” (MOTA, 1994, p. 51).

Para o autor, os livros e materiais didáticos que tratam do processo de colonização regional fazem grande propaganda, por exemplo, a abertura da “mata virgem” para o plantio dos cafezais, assim como apontam para o papel das Companhias Colonizadoras na fundação de cidades, logo devido ao contato com estes materiais, será incorporada na formação dos estudantes a ideia de que esta região outrora vazia está ocupada graças a colonização, repetindo assim o discurso do apagamento da população indígena.

Nelson Dacio Tomazi (1997) é mais um pesquisador que combate o discurso hegemônico do vazio demográfico, e nas palavras dele: “não há aqui a intenção de escrever fatos novos sobre a região, e sim analisar o que já foi escrito” (TOMAZI, 1997, p.10). Então o autor apresenta sua concepção em relação ao processo de ocupação e de (re)ocupação regional.

(...) faço a distinção entre OCUPAÇÃO – o longo caminho percorrido por povos indígenas que ocuparam a região, hoje situada ao norte do estado do Paraná, desde há milhares de anos e que utilizavam todo esse território como espaço para o desenvolvimento de suas sociedades – e (RE) OCUPAÇÃO – como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar essas terras, consideradas “vazias”, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (...) (TOMAZI, 1997, p. 10).

O autor também nos chama a atenção para uma visão que aponta para o “triunfo da (re) ocupação” (TOMAZI, 1997, p.11). Esta visão tem como finalidade encobrir um período histórico marcado de igual modo por conflitos e contradições, à medida que sua construção ocorreu pelo estabelecimento de uma estrutura de classes. O autor destaca que, é claro que para os grupos dominantes era interessante preservar a ideia de que houve um processo de (re)ocupação sem conflitos, com intuito claro de silenciar outros discursos que a construção de relações entre diferentes grupos ocorreu sim de maneira conflituosa. Neste contexto Nelson Décio Tomazi (1997) trata de outro discurso, o do “Norte do Paraná”<sup>13</sup> e sobre este o autor escreve:

(...) o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região (TOMAZI, 1997, p. 12).

Vale ressaltar, portanto que, este discurso destaca a ideia do “vazio demográfico”. Este discurso que acabou sendo difundido na grande maioria dos trabalhos acadêmicos que tratam da historiografia regional acaba dificultando o trabalho dos estudiosos que se dedicaram e se dedicam ao apontamento de aspectos que comprovem a ocupação da população indígena no Noroeste paranaense, que objetivam comprovar que estes são sim os primeiros habitantes deste território.

Em suma nossa finalidade aqui é contribuir de alguma forma para: em primeiro lugar, auxiliar no processo de desconstrução da ideia hegemônica a despeito do processo de colonização do noroeste paranaense, e também colaborar com a preservação da representação da população indígena, em especial a etnia Xetá, na construção histórica regional.

---

<sup>13</sup>“O discurso do Norte do Paraná” seria uma “construção ideológica e fantasmagórica, feita por ideólogos vinculados aos dominantes, na região em estudo, e que traz embutida uma visão histórica vinculada à manutenção daquele poder e do *status quo*” (TOMAZI, 1997, p. 10).

## CAPÍTULO II

### COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ E A PRESENÇA INDÍGENA: OS XETÁ.

#### 2.1- Um recorte geográfico do território pesquisado: O Noroeste paranaense

Antes de discutir o processo de colonização da região Noroeste do Paraná, é necessário definir este território e para tanto utilizaremos a delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborada na década de 1990.

Alguns autores que se preocuparam em estudar esta parte do território paranaense dão a este a denominação de Norte Novíssimo, já que esta foi a última região a passar pelo processo de colonização, a partir da década de 1930. Neste sentido Serra (1992) classifica em três as fases que dizem respeito ao processo de regionalização:

Vão ser marcadas pelos diferentes períodos em que as terras foram sendo incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira. As próprias designações “Norte Velho”, “Norte Novo” e “Norte Novíssimo” levam em conta os diferentes períodos de ocupação do Norte do Paraná como um todo, via de regra na cadência do café (SERRA, 1992, p. 72).

Esta divisão diz respeito, portanto, as frentes da segunda ocupação paranaense, originárias do Norte, Sudeste e região Tradicional paranaenses.

Cecília Maria Westphalen (1968) aponta que o território paranaense em sua totalidade estava ocupado, fazendo desaparecer as frentes pioneiras de ocupação e também os problemas ligados a terra. Havendo assim, o encontro das três frentes de ocupação paranaenses: A do Paraná Tradicional, iniciada no Século XVII, compreendendo Curitiba e Paranaguá, pela região de campo, com a criação de gado, com o cultivo da erva-mate ou ainda por meio da agricultura cafeeira, que por conta principalmente de interesses históricos foi ligada mais ao estado paulista; há também, envolvidos este processo, os agricultores de subsistência, plantadores de cereais, criadores de suínos, os quais por interesses estiveram sempre mais atrelados ao Rio Grade do Sul (WESTPHALEN, 1968, p.7). A autora elucida que, esta configuração

resultou em sociedades distintas, com características econômicas diversificadas, além de fundarem suas próprias cidades (WESTPHALEN, 1968, p.7).

A figura abaixo identifica as três frentes de ocupação no Norte Novíssimo:

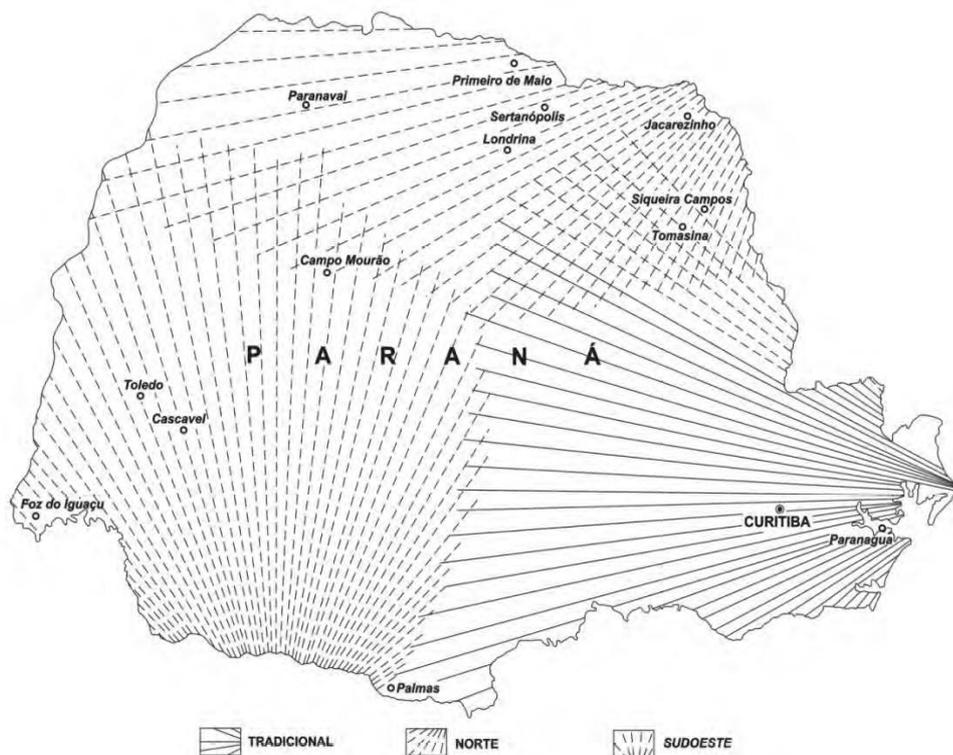


Figura 1 - Frentes de ocupação do território paranaense. Fonte: Westphalen (1968, p.7).

Nelson Décio Tomazi (1997) faz algumas considerações a respeito dos fluxos migratórios no interior paranaense, movimentação que influenciou grandemente a subdivisão da região Norte do Paraná:

Como se pode notar, a (re)ocupação até então se deu por diferentes caminhos e em vários pontos do território situado ao norte do estado do Paraná. O primeiro caminho foi o dos tropeiros, que sempre deixavam grupos no caminho, a segunda foi a passagem de mineiros e paulistas, pelo rio Itararé, mais tarde pelo rio Paranapanema, na altura de Ourinhos, criando-se Cambará e outros núcleos urbanos, e depois na altura de Presidente Prudente, que permitiram a fundação de dois pólos depois designados de Sertãoópolis e Primeiro de Maio, e também a área da “Fazenda Brasileira”, não esquecendo-se da região nucleada por Campo Mourão. Assim, creio que fica clara a diversidade dos caminhos e das formas de (re)ocupação da região em estudo (TOMAZI, 1997, p. 174).

O autor posiciona-se de modo que, ao contrário do que Cecília Maria Westphalen (1968) considera em relação aos fluxos migratórios. Para Nelson Décio

Tomazi (1997) estes fluxos são fechados no Noroeste do Estado, e sim acabam por puxar um fluxo migratório originado do Sudoeste de São Paulo, assim é possível identificar a crítica que o autor faz ao discurso de uma linearidade no processo de ocupação na região. Outra questão trabalhada pelo autor diz respeito à subdivisão do Norte paranaense.<sup>14</sup>

Ainda segundo Nelson Décio Tomazi (1997) não há um consenso em relação a territorialidade paranaense quando se trata de sua subdivisão, entretanto, a falácia sobre o território norte - paranaense como uma unidade permanece, favorecendo assim a permanência do discurso “Norte do Paraná”(TOMAZI, 1997, p. 128).

Optamos, portanto, para fins do recorte espacial dentro dos trabalhos de nossa pesquisa, adotar a subdivisão estabelecida em 1990 pelo IBGE, que classifica as regiões em meso e micro.

Logo destacamos que a Mesorregião Noroeste do Paraná, de acordo com o estabelecido pelo IBGE na década de 1990 possui três microrregiões: A de Paranaíba (MRG 01); Umuarama (MRG 02) e Cianorte (MRG 03). Dentre as microrregiões apontadas, destacamos aquela que é o recorte espacial de nossa pesquisa, a (MRG 02) microrregião de Umuarama. Esta região corresponde a uma área de 10.232401 quilômetros quadrados e está dividida em 21 municípios: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama e Xambê.

Na figura a seguir podemos identificar a microrregião que nos propusemos a pesquisar neste trabalho:

---

<sup>14</sup> A região Norte possuía uma subdivisão que compreendia: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Esta última TOMAZI (1997) chama de Noroeste, levando em conta duas situações: primeira que com isso fosse possível desassociar este território do todo (Norte) e a segunda, para que este pudesse ter sua especificidade (TOMAZI, 1997, p. 128).

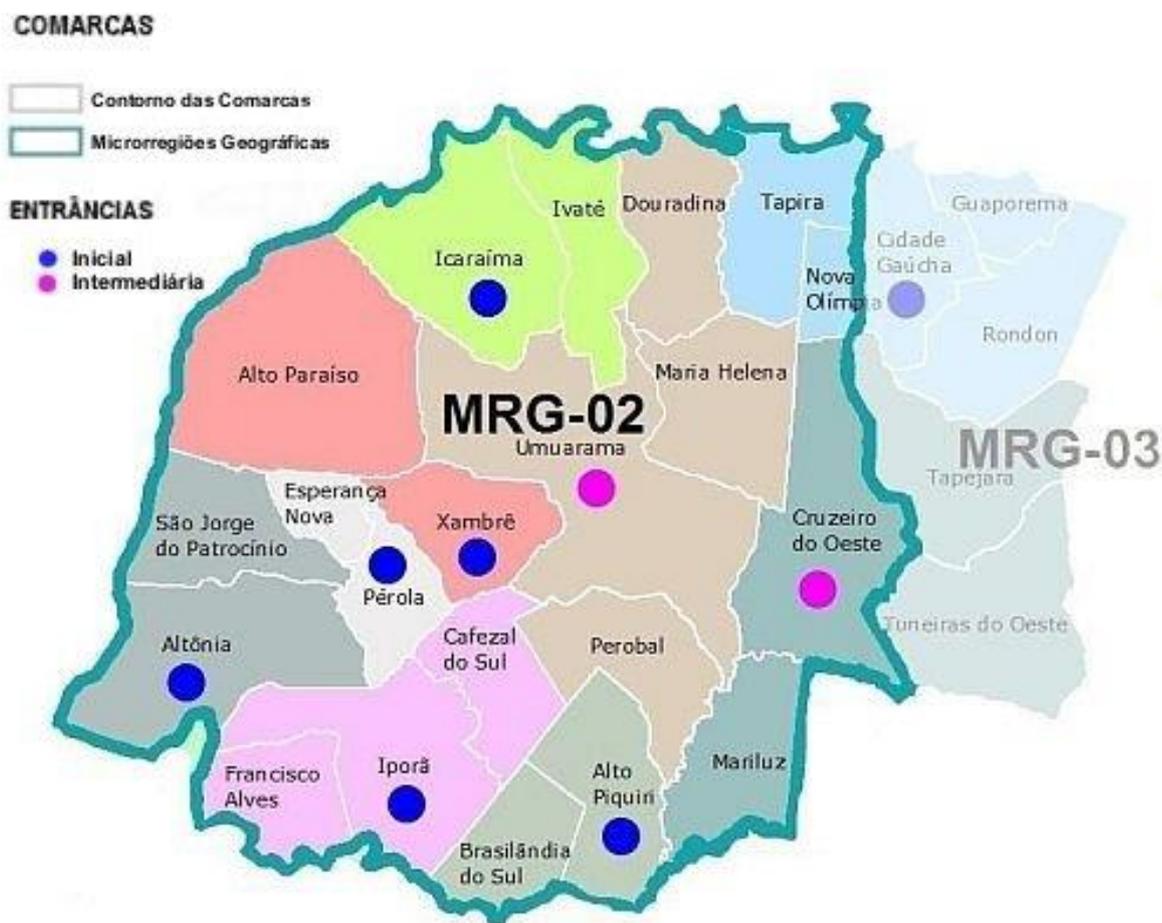


Figura 2 – Microrregião 02 do Noroeste paranaense. Fonte: IBGE (1990)

## 2.2- O Processo de (re) ocupação da região Noroeste paranaense

A região Noroeste do Paraná teve nas décadas de 1940, 1950 e 1960 o princípio de sua colonização por meio da iniciativa estadual ou mesmo por intermédio da iniciativa privada. Citamos a Companhia Byington, Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), a BRAVIACO e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Em grande medida esta colonização ocorreu por meio da (re) ocupação de migrantes de outras mesorregiões do Estado ou ainda de outros estados brasileiros.

De maneira breve descreveremos as Companhias já mencionadas, destacando, porém que, dentre estas, duas estão mais próximas de nosso objeto de estudo e, portanto, denotam maior relevância neste trabalho – a CMNP e a COBRIMCO-

empresas que serão discutidas no subcapítulo 2.3 deste capítulo. Apontaremos portanto, um panorama histórico acerca das outras Companhias que desenvolveram suas atividades na microrregião de Umuarama: a Commercio Ltda. e a Companhia Byington.

A Companhia Brasileira de Viação e Commercio Ltda. (BRAVIACO), recebeu do governo do estado uma concessão, denominada Gleba Pirapó na região de Paranavaí, esta Companhia, porém já estava de posse de outras terras limitadas pelos rios Ivaí e Paranapanema (TOMAZI, 1997). A Companhia colonizadora Byington também atuou na região em meados do século XX na mesma microrregião. Sediada em São Paulo a empresa, representada na pessoa do Sr. Alberto Jackson Byington Júnior, prestava uma série de serviços ao governo paranaense, e que como forma de pagamento recebeu do governo 96.000 alqueires de terras, onde foram fundados os municípios de Altônia, Pérola e Xambrê. Tendo em vista a grande demanda e influência em relação ao cultivo do café a empresa deu início a um plano de colonização das terras, objetivando o loteamento e a venda das mesmas (PÉROLA, 2014).

Objetivando a compreensão acerca do conceito de colonização chamamos Alfredo Bosi (1992) que classifica os tipos de colonização a partir de dois processos: o primeiro que se restringe ao povoamento e o segundo que se dimensiona com vistas na exploração do solo (BOSI, 1992 p. 11-12). Para esta definição o autor busca a raiz latina para definir colonização. Onde a expressão *Colo* significa: *eu moro, eu ocupo a terra* e conseqüentemente *eu trabalho, eu cultivo o campo*. A expressão *Colo* é de acordo com o autor é matriz de colônia, é um espaço que está ocupado, um povo ou terra que se trabalhar ou submeter (BOSI, 1992 p. 11).

Ainda o termo colonização,<sup>15</sup> visto que seu conceito muda no tempo e no espaço. É um ato político e uma produção do social que se fazem complexos, fazendo parte, diversos agentes e forças em conflito onde entram em cena desejos, sonhos, esperanças, interesses econômicos e também decisões políticas – o ato de colonizar é ainda, social, pois traz consigo conflitos sociais, que devem ser minimizados pelos programas de colonização, regulados pelo Estado. Colonizar é também um ato econômico, haja vista

---

<sup>15</sup> Colonizar tem sido uma estratégia usada pela metrópole portuguesa, pelo império brasileiro e, mais tarde pela República brasileira. De ocupação de novas terras, conferir PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. ; SODRÉ, Nelson Verneck. *Formação Histórica do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

que, geralmente traz um objetivo de desenvolver economicamente uma determinada região.

Se pensarmos enquanto propaganda, o cultivo do café representava o desenvolvimento que era almejado pelo Estado, o que na concepção governamental resultaria na modernização. Ao Estado era interessante a situação de duas formas: a primeira de que o norte do Estado estava sendo invadido pelos cafeicultores paulistas e que, portanto, medidas eram necessárias para frear este processo; a segunda estava ligada exatamente a produção do café que impulsionava a procura por terras no Estado, o que por sua vez fazia crescer as receitas estatais. Já na perspectiva dos paulistas significava dizer que por meio do café eles estavam modernizando a região no aspecto econômico. Segundo Nelson Décio Tomazi (1997), embora a produção cafeeira não ocorresse no território paulista, o Estado era sim beneficiado, tanto pelo transporte do produto quanto pela comercialização deste.

Vários autores defendem que, o processo de reocupação do norte paranaense deu-se em grande parte por conta do esgotamento das terras em Minas Gerais e São Paulo, resultado na cafeicultura, destacamos Almeida (1981) e Luz (1997) entendiam como uma relação bem estreita: a prática da cafeicultura, o processo de reocupação e o desenvolvimento econômico.

Nelson Décio Tomazi (1997) aponta para a valorização da produção cafeeira como sendo um aspecto fundamental para o discurso de camuflagem das relações de poder estabelecidas. “No estudo em relação à região norte nota-se que um conceito de “geografismo”, onde elementos passam a ter vida; o caso é o termo “ Caminhos do café”, uma vez que este não pode caminhar.

Nota-se então que houve uma relativização das relações humanas firmadas no processo de expansão territorial, e uma maior valorização de elementos abstratos como: máquinas, produção, edificações, do café. Dando a ideia de que estas relações não participaram e não participam do processo de produção do capital.

Com grande desejo de colonizar as “terras devolutas” da região, o Presidente da Província do Paraná no ano de 1882, publicou a Lei de número 68 que tratava de serviços como legitimação, validação, venda e colonização de terras por empresas brasileiras ou estrangeiras (WESTPHALEN, 1968).

Fica claro que com o objetivo de eliminar a ocupação ilegal das terras bem como para evita o uso predatório do solo e das matas o governo põe a venda lotes com preços muito baixos por intermédio de companhias particulares, tendo razoável êxito na venda das terras (PADIS, 1981). A concessão de terras era a fonte mais rentável e promissora durante a década de 1920. Lotear as terras era algo tão lucrativo quanto a produção agrícola (CANCIAN, 1981).

No ano de 1916 é estabelecida a Lei de número 1642, e com ela as empresas colonizadoras passam a ter o direito de receber concessões de terras de até 50 mil hectares, tendo a obrigação de demarcar a área, com o mínimo de infraestrutura, os lotes deveriam ser demarcados com tamanhos que variassem entre 5 e 25 hectares, tudo isso num período de até oito anos, caso não ocorressem estas obrigatoriedades, as concessões retornavam para o Estado. No ano de 1919 várias foram as concessões, nos municípios de São Jerônimo e Tibagi. Também nos dois anos seguintes, concessões foram feitas no município de Tibagi (TOMAZI, 1997).

Já no ano de 1922 com a criação da lei de número 2124, o prazo para demarcação das terras foi reduzido para dois anos, de modo que, caso não ocorresse às terras eram devolvidas. Nestes termos mais concessões foram feitas, nos municípios de São Jerônimo e Tibagi. Cabe aqui um destaque para o caso da concessão que ocorreu na região noroeste, em Paranaíba onde uma grande concessão é feita a BRAVIACO, denominada de Gleba Pirapó; esta colonizadora já tinha outras terras a oeste, limitadas pelos rios Paranapanema e Ivaí (TOMAZI, 1997).

É notável que durante os anos de 1920 o processo de colonização não ocorria mais apenas com a ação de fazendeiros, mas agora o objetivo das grandes empresas colonizadoras está em comprar terras para cobri-las de café, no entanto os riscos iniciais da atividade não ficavam a cargo das grandes empresas, mas sim dos pequenos sítiantes que quando recebiam seus lotes preparavam estes desde a derrubada da mata até os primeiros plantios, obtendo também os primeiros lucros (FONSECA, 1953).

No aspecto econômico vale destacar que, neste período, havia uma maior proximidade do norte paranaense com São Paulo do que propriamente com Curitiba, e isto se dava por alguns fatores que aqui citamos: o fato de que a ferrovia Sorocabana passava bem próxima a divisa com o Paraná; também a visualização de maiores possibilidades de comercialização no Porto de Santos, bem como a possibilidade de

financiamento de recursos para investimentos por conta da estrutura das casas bancárias que já se fazia sólida no estado paulista (TOMAZI, 1997).

Fica evidente então que a maior interação do norte paranaense com São Paulo, na busca de condições comerciais mais favoráveis, o que configurou a estruturação de uma região institucionalmente distante do restante do estado. Isto talvez pela falta de estradas ou de incentivos financeiros que favorecessem a interação entre os centros urbanos do norte paranaense (BENATTE, 2011).

Deste modo a economia do norte paranaense desenvolveu-se de forma periférica e dependente de São Paulo. Sendo assim não era possível uma consolidação da economia do estado, já que parte da renda ia para fora do Paraná, situação que começa a mudar no ano de 1961 com a construção da Rodovia do Café, que ligaria o norte paranaense ao Porto de Paranaguá (ALMEIDA, 1981).

### **2.3- A colonização da Microrregião de Umuarama**

Conforme já destacamos na Introdução deste trabalho, um dos objetivos deste é apontar para os locais de representação e de memória dos Xetá, em particular no município de Umuarama - discussão que faremos no próximo capítulo – sendo assim, se faz necessário a discussão relativa ao processo de formação do território que corresponde a Umuarama.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e cinquenta e cinco, a Cia Melhoramentos Norte do Paraná, representada por seus diretores e chefe de serviço, declara inaugurada a cidade de Umuarama, situada no Núcleo Cruzeiro, quilômetro 522, da Linha ferroviária que de Ourinhos demanda Guairá, municípios de Cruzeiro do Oeste e Comarca de Peabiru. Umuarama, 26 de junho de 1955 (IBGE, 2010).

Os escritos acima citados fazem parte da Ata de Fundação<sup>16</sup> de Umuarama, ocorrida em 26 de junho de 1955. Sendo elevada a município em 25 de julho de 1960 por intermédio da Lei Estadual de número 4.245, que dispõe:

Cria no quadro territorial do Estado o município de Umuarama, desmembrando-o do município de Cruzeiro do Oeste, descrevendo suas divisas (PARANÁ, 1960).

A figura a seguir nos dá uma ideia de como estava organizado o território de Umuarama nos primeiros anos da colonização:



**Figura 3 - Vista aérea de Umuarama (1963). Fonte: Muller Conceição, Umuarama, (2000).**

Umuarama foi projetada com uma estrutura semelhante a de cidades como Londrina, Maringá e Cianorte. Cidades que serviram de base/apoio para a execução do plano de colonização das terras no entorno de cada uma das áreas urbanas (CMNP, 1975). A cada 15 ou 20 km seria fundada uma vila ou um município com o objetivo de receber a produção rural da região (CMNP, 1975).

---

<sup>16</sup>As informações obtidas em relação aos documentos de fundação de Umuarama foram concedidos pela Acessoria de Comunicação Municipal por intermédio de Gil Faryniuk em 23 de julho de 2013.

As características das pequenas propriedades constituíram na região uma área rural ocupada em especial pela mão-de-obra familiar. A iniciativa de colonização com este sistema ocorreu graças à expectativa de que estes empreendimentos proporcionassem a circulação de capital, situação que favoreceria o investimento nos núcleos urbanos (HARACENKO, 2007).

Conforme a CMNP (1975) era esperado que os pequenos agricultores gastassem seus recursos nos núcleos urbanos, proporcionando a circulação de capital. Umuarama acabou por receber grande fluxo de agricultores, atendendo a expectativa, com isto foi posta em prática um plano de ocupação urbana, implementado pelo engenheiro Vladimir Babcov, modelo de organização urbana inglesa que já estava sendo adotada nas cidades paranaenses de Londrina e Maringá (CMNP, 1975).

Além da CMNP destacamos as atividades desempenhadas pela COBRIMCO (Companhia Brasileira de Imigração e Colonização) que recebeu do governo paranaense cerca de 300 mil alqueires de terra em forma de concessão para iniciar picadas, loteamentos e conseqüentemente a venda destas terras e a abertura de mais centros urbanos na microrregião de Umuarama.

A COBRIMCO iniciou seus trabalhos na região noroeste do estado na década de 1950, com o objetivo de lotear as terras das Glebas Vila Alta, do Barro Preto (Colônia de Serra dos Dourados), Perobal, Caete, Ivaté além das Glebas 23 e 25, correspondentes a Colônia Paranavaí; estas Glebas respectivamente correspondem aos municípios de Alto Paraíso, Douradina, Ivaté, Icaraíma e Santa Cruz de Monte Castelo. Esta Cia tinha como sócios e administradores responsáveis os senhores Mario Coelho Aguiar, Gino Cantizzani, Ramiro Silva Leite e Amador Coelho Aguiar.

Para entendermos de forma mais lúcida a ação da COBRIMCO na formação do noroeste paranaense, por meio de pesquisas conseguimos chegar ao Sr. Lourival Sitta, atualmente residindo no município de Icaraíma; o mesmo havia sido contratado pela então nominada Companhia Santa Maria Agropecuária e Industria S/A, criada em 1961 vindo a substituir mais tarde a Cia COBRIMCO. A partir do contato com o Sr. Lourival Sitta foi possível identificar outro ex-funcionário da extinta Companhia COBRIMCO. Sobre seu ingresso na Companhia e sobre a diretoria da empresa, ele relatou:

Eu fui contratado já não era COBRIMCO, era Santa Maria... ela se chamou Cobrimco, Companhia Brasileira de Imigração até 67... é primeiro de dezembro de 67.. depois mudou pra Santa Maria Agropecuária e Indústria s/a, acho que por causa de documentos... mas eu trabalhei bem pouco lá... quem vai saber bastante é o Chalegre, o João Chalegre, ele inclusive era diretor e na minha carteira de trabalho é ele que assinou, entrei na Cobrimco em 75 ... mas já não tinha muita coisa, ela já estava parando... quem vai saber certinho é o Chalegre, ele lembra bem... ixi (**nesse momento ele suspirou alto**) ... e então o Chalegre vai lembrar pessoal tudo da diretoria, do seu Amador, do seu Mario ... o seu Amador que foi fundador né, ele que começou, e ele era também do Bradesco... é... o duro que esse pessoal já quase morreu tudo né! Mas o Chalegre, ele ta morando em Ivaté, ele vai poder te dizer mais que eu... ele convivia com os diretores (SITTA, 2013) .

Ainda sobre a documentação e os registros da extinta COBRIMCO ele nos disse o seguinte:

A documentação foi levada tudo em 80 ainda pra fazenda São Francisco... tinha mapa... tudo marcadinho onde eram as terras, os lotes, eram tudo escritos a mão mesmo, mas bem certinho... tinha também os recibos de venda das terras, mas foi tudo pro galpão da sede da fazenda... eu não fiquei com nada, só tenho mesmo meu registro na carteira (SITTA, 2013).

Vida evidente que, embora houve a mudança no nome da empresa, por meio da apropriação das atividades da extinta COBRIMCO pela Santa Maria Agropecuária e Indústria S/A, fica claro que para dar um sentido de referencia a colonizadora, não há para o Sr. Lourival Sitta diferença entre os nomes. Ora ele utiliza COBRIMCO, ora Santa Maria, mas referido-se sempre mesma empresa. A partir do relato tínhamos dois caminhos a seguir, um de tentar acessar a documentação indicada e descrita pelo Sr. Lourival, já o outro passo seria entrevistar o Sr. José Chalegre.. Foi então que durante o ano de 2012 estivemos presente na fazenda São Francisco que fica localizada entre os municípios de Umuarama e Ivaté, próximo ao Ribeirão 215 para verificar a existência dos documentos que haviam sido descritos pelo Sr. Lourival. Na primeira visita, de fato o material estava em um galpão na sede da fazenda, mas como inicialmente apenas estávamos fazendo uma observação da existência destas prováveis fontes para uma pesquisa não me atentei em fotocopiar ou registrar na ocasião os documentos. Sabendo então da existência destas fontes, como já dissemos anteriormente, pensamos a priori, utilizar tais fontes como objeto para a pesquisa acadêmica. Esbarramos, todavia no fato de que, quando já elaborado o projeto de pesquisa, ao retornarmos a fazenda, todo acervo documental havia sido transportado para o estado de São Paulo.

Em ralação ao possível destino desta documentação o Sr. Lourival apontou para a cidade de Osasco, no estado de São Paulo, onde fica a sede do Banco Bradesco. Com o intuito de acessar o acervo documental da Cia tentamos contato com gerentes

regionais do banco, no entanto não obtivemos êxito no sentido de intermediar junto a sede em Osasco o acesso a esta documentação e neste momento os deparamos com um grave problema de fontes que pudessem nos levar a elucidação da participação desta Cia na formação do território noroeste paranaense. Todavia, tínhamos ainda a possibilidade de buscar junto a outro ex-funcionário da Cia mais informações ou ainda algum documento que apontasse para a atuação da colonizadora.

José Chalegre começou a trabalhar na Fazenda Santa Maria com 12 anos de idade, no ano de 1961, e sobre suas atribuições iniciais ele relatou que:

Eu era garoto, eu limpava o chão do escritório, mas não sabia nada né! Eu era garoto! Ficava ali limpando as mesas, essas coisinhas e tal, aí fui aprendendo e ficando ali no escritório... eu entrei com doze nos ali... eu fiquei trinta anos lá! Trinta anos (CHALEGRE, 2013).

Ainda sobre as atividades que ele desempenhou no escritório da Cia, assim como a respeito da mudança gradativa de funções, ele relatou que:

É porque eu entrei com doze anos e fazia nada então, depois ele foi ensinando, eu fui aprendendo e fui subindo de cargo! Aí meu chefe saiu e eu entrei no lugar dele... e tal e tal daí depois eu vim pra cá; porque eu era da outra lá do Jaguapita ... aí depois eu vim pra cá... eu fiquei lá até eu ficar moco, uns dez anos, ta! ... aí eles me transferiram pra cá e aí assumi, aí eu fazia toda essa parte de documento pessoal, do financeiro... aí eu assinava a carteira dos funcionários (CHALEGRE, 2013).

Na fala do Sr. José Chalegre, quando ele utiliza a expressão “aí depois eu vim pra cá”, ele referia-se ao fato de, após cerca de 10 anos de atividades, ser transferido para o escritório da Cia na Fazenda São Francisco, e além deste escritório, podemos observar no relato de Chalegre outras sedes administrativas:

Tinha o escritório aqui na São Francisco, um escritório aqui em Monte Castelo, um escritório lá em Jaguapita (CHALEGRE, 2013).

Buscamos, portanto, identificar junto ao entrevistado as razões para a instalação dos escritórios nas localidades mencionadas e também que ele nos relatasse qual era o projeto da Cia com a colonização das terras. Além de responder este questionamento, ele nos revelou a extensão territorial que, pelo governo paranaense foi destinada a Cia:

É... bem a COBRIMCO quando recebeu essas terras foi como benefício do governo né! A Cobrimco recebeu 300 mil alqueires né do governo, então era muita terra! Mas aí abriu os escritórios né ! Só que assim, tem o caso né, que a Cobrimco queria era só ganhar dinheiro, então ela não investiu muito em construir umas cidades boas! A melhorzinha era Santa Cruz do Monte Castelo... o negocio era vender, vender e vender... então aí ela quase não

ficou com patrimônio daí foi diminuindo, ficou com uns lotes poucos que não conseguiram vender, mas bem pouco (CHALEGRE, 2013) .

A COBRIMCO esteve atuante na região até o fim da década de 1960, em grande medida, segundo o que relatou Chalegre, o fato se deu graças aos poucos patrimônios que a Cia possuía neste período, na região noroeste; e então neste momento que a Cia Santa Maria assume o papel de dar seqüência ao processo de compra e venda de terrenos na região noroeste. Foi possível também graças ao depoimento de José Chalegre identificar as últimas propriedades da Cia na região, propriedades existentes até os dias de hoje, mas que segundo Chalegre pertencem aos filhos do Sr. Amador Aguiar, fundador da COBRIMCO. Chalegre segue descrevendo que:

A Combrimco tinha! mas era pouca coisa, o que tinha era pouco, os terrenos, as terras, Icaraíma então já não tinha mais nada... os terrenos já tava tudo vendido (...) A Santa Maria passou a dar a escritura dos terrenos sabe! Mas patrimônio nenhum... não tinha mais terra, sobrou praticamente nada (CHALEGRE, 2013).

O funcionário aposentado da empresa ajuda elucidar uma questão bastante importante em relação ao fim das atividades da COBRIMCO e o surgimento da Santa Maria Agropecuária e Industria. Conforme ele já havia apontado a segunda empresa surge e assume as atribuições da primeira. Até o ano de 1967, segundo Chalegre existiam algumas propriedades, mas que não tinham vinculação embora pertencessem a um grupo em comum, membros da família Aguiar e diretores do Banco Bradesco. As propriedades segundo Chalegre eram: Fazenda Santa Maria em Jaguapita; Fazenda São Paulo em Icaraíma; Fazenda São Lourenço em Vila Alta; Fazenda Monte Castelo em Santa Cruz do Monte Castelo além das fazendas Santa Lina e São Francisco em Ivaté. Exatamente neste ano, por meio da junção destas propriedades que ficaram sob responsabilidade do Sr. Amador é criada a Santa Maria, que conforme já apontado por Chalegre, passa a administrar as propriedades restantes da COBRIMCO bem como a conceder escrituras de terras e propriedades vendidas

Vale ressaltar aqui que, foi possível exatamente com este entrevistado os poucos documentos existentes na região que referem-se a atividade da COBRIMCO na região, alguns destes documentos são mapas que apontam para as Glebas que já mencionamos anteriormente - aqui também é importante apontar para um problema que, durante uma pesquisa pode assombrar, que é o esquecimento de um sujeito que decidimos tomar como fonte em uma pesquisa por meio da oralidade, haja visto que, ainda no ano de 2012 quando procuramos o Sr. José Chalegre ele havia dito que não tinha conhecimento

da possibilidade da existência de qualquer mapa da Companhia -, contudo, quando nos aproximávamos do fechamento de nossa pesquisa o Sr. Chalegre nos procurou e revelou ter encontrado em suas gavetas alguns mapas que não sabia ao certo do que se tratavam. No relato ele ainda diz:

Esta semana eu estava arrumando aqui as gavetas vi que tinham uns mapas né! Na gaveta de cima, aí eu puxei e olhei, mas nem vi muito... aí tirei eles de cima e coloquei embaixo, e os documentos debaixo eu coloquei em cima... aí eu abri de novo as gavetas e lembrei dos mapas e fui olhar... ainda bem que olhei aí lembrei de você! Acho que já tem uns 10 anos que eles estão aí! (CHALEGRE, 2013).

Neste momento tomamos conhecimento e tivemos o contato com os mapas referentes ao processo de colonização da COBRIMCO, mapas estes que trazem detalhadamente os territórios sob tutela da Cia até o final de década de 1960. Os mapas encontrados confirmam os depoimentos prestados tanto por Lourival Sitta quanto por José Chalegre a respeito das terras que a Cia atuou. No entanto estes poucos documentos retratando a atividade da Cia não nos fornece qualquer informação que direcione para qualquer apontamento que ajude a entender como e deu, nesta região, o esfacelamento da população Xetá.

Embora havendo um levantamento bastante primário a respeito da participação da Cia COBRIMCO no processo de colonização da região noroeste paranaense, entendemos que, por intermédio destas mesmas informações será possível ampliar a discussão envolvendo tal particularidade. Justificamos esta possibilidade em virtude de, que, embora a discussão levantada por meio daqueles que foram nossas fontes – os ex-funcionários da Cia- não apontou para o cerne de nosso trabalho, que é a participação dos Xetá no processo de construção do território do noroeste paranaense, há de se ressaltar que a possibilidade de construção de uma pesquisa, mais ampla e que traga a luz do conhecimento acadêmico ou mesmo como recurso acessível a população não acadêmica, possibilitando que tanto o primeiro grupo quanto o segundo tenham condições de construir historicamente a identidade da historiografia local.

## **2.4- Os Xetá e sua trajetória no Noroeste do Paraná**

Como forma de identificar esta etnia alguns nomes são utilizados para identificar o povo que aqui optamos em chamar de Xetá, são os seguintes: Botocudos, Chetá, Setá, Hetá, Seetá, Até e Yvaporé.

Foi a última população indígena a ser contatada no território paranaense, durante a década de 1940 e ainda na década de 1950, durante as expedições das frentes de colonização, que ocuparam o território Xetá, que se estendia desde a parte mais baixa do rio Ivaí até a sua foz, no rio Paraná (MOTA, 2012, p. 34).

Os Xetá caracterizaram-se enquanto uma população com grande mobilidade na bacia do rio Ivaí, particularmente em seus afluentes em sua margem esquerda, além de ocuparem terras no baixo curso do rio, devido ao acesso das fontes necessárias a subsistência dos mesmos. Até a década de 1950, quando houve um crescimento das atividades das frentes colonizadoras os Xetá caracterizavam-se enquanto caçadores-coletores, logo não tinham a prática da agricultura (SILVA, 2003 p. 149). A região de Serra dos Dourados, reconhecida pelos remanescentes como território tradicional da etnia que se caracterizava enquanto mata dá lugar atualmente à mesorregião noroeste do Paraná e a microrregião de Umuarama (SILVA, 2003).

As companhias colonizadoras julgando terem encontrado terras férteis para a prática cafeeira que ascendia no estado, eram estimuladas a devastar a mata, contudo a ideia de terras férteis já era refutada pelos antigos Xetá em seus ensinamentos (SILVA, 2003, p. 96). Avançavam sem qualquer remorso visando lotear e comercializar as terras que supostamente eram fecundas a atividade cafeeira, tornando estas terras inóspitas aos “não-civilizados” ou mesmo aos pequenos proprietários que oferecessem algum tipo de obstáculo para o avanço almejado.

Esta ação caracterizada nas décadas de 1950 e 1960 culminou, praticamente na dizimação de toda uma população que, conforme os números oficiais apontavam para cerca de 250 indivíduos. Este número possivelmente pode ter sido distorcido para um número ainda menor, pois leva-se em consideração a grande mobilidade que os Xetá tinham nas terras próximas ao rio Ivaí e também pelo fato de que algumas famílias desta etnia se resguardavam, evitando qualquer contato com os não-indígenas. Silva (2003)

observa ainda que muitos dos lugares identificados nos documentos oficiais como moradias do povo Xetá, eram na verdade lugares para a caça e que tinham em seu espaço uma estrutura social e física particular (SILVA, 2003, p. 114).

A documentação registra a presença deles na região desde o início do século XIX. Na década de 1840 viajantes e expedicionários ocupados em visitar as terras próximas ao rio Ivaí fizeram registros da presença dos Xetá na região. Joaquim Francisco Lopes e John H. Eliot<sup>17</sup> quando tiveram os primeiros contatos com alguns dos Xetá no rio Corumbataí. No ano de 1872 o engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither acabou por capturar um grupo na região do Salto Ariranha, também no rio Ivaí.

Lúcio Tadeu Mota (2013) salienta que o primeiro registro sinalizando a presença de grupos Xetá na região deu-se em 1843 por meio de uma comunicação do Barão de Antonina ao Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro. O grupo relatado caracterizava-se principalmente pela utilização de adornos labiais, além de praticarem a agricultura por meio da coivara. É mister salientar aqui, que embora durante a década de 1950, quando do contato com os colonizadores, a prática agrícola não era presente no cotidiano do povo Xetá em muito graças a postura adotada pelo grupo, que neste momento buscava rotas de fuga dos não-indígenas. Porém, de acordo com Fric (1907) no início do século a agricultura era praticada por alguns indivíduos Xetá quando na condição de dominados pelos Kaingang.

Lúcio Tadeu Mota (2013) também aponta para o número de 250 indivíduos quando menciona John Elliot, quando ele em 1845 analisou as “casas-grande”, lugar onde aconteciam encontros e onde se realizavam os rituais, estas casas tinham sua capacidade de ocupação observada (MOTA, 2013, p.35). De maneira que possamos entender tal distorção de acordo com os relatos dos remanescentes do povo Xetá, a população flutuava entre 400 e 800 indivíduos quando ocorreram os primeiros contatos na região de Serra dos Dourados com nos depois em 1950 (SILVA, 2003, p. 20).

A localização do povo relatado no documento é nas proximidades do rio Ligeiro, em seu lugar de encontro com o rio Ivaí, território tradicionalmente Xetá. Contudo cabe destacar que, quando a expedição foi realizada (1842) resultando no

---

<sup>17</sup> Ambos eram empregados do Barão de Antonina e foram encarregados de visitar as terras próximas ao rio Ivaí, fazendo assim os primeiros relatos de expedicionários sobre o contato com os Xetá.

documento que descreve os Xetá, já se tinha conhecimento dos Kaingang, dos Xokleng e dos Guarani no estado do Paraná.

Lúcio Tadeu Mota (2013) alerta então para um cuidado que se deve ter ao analisar este documento no prisma de caracterizá-lo enquanto uma descrição do povo Xetá. Segundo o autor poderia também ser um grupo de Kaiowá que estavam espalhados na região, à margem esquerda do rio Paraná, considerando que se faz necessário um aprofundamento nas pesquisas que apontem para os grupos que de fato ocuparam o baixo Ivaí (MOTA, 2013 p. 20).

Relatos dos Kaingang oferecidos a Albert V. Fric na década de 1910 apontaram para a presença de um pequeno grupo Xetá que estavam ocupando territórios entre os rios Ivaí e Corumbataí, locais estes distantes daqueles onde na década de 1950 houve o contato com este grupo pelos colonizadores. Fric encontrou em uma aldeia Kaingang, liderada pelo cacique Paulino Arak-Xó alguns Xetá que estavam cativos, e com estes pôde fazer o registro de algumas palavras do vocabulário deste grupo (MOTA, 2012, p. 35).

Carmen Lucia da Silva (1998) aponta que os locais de onde proviam a caça e a coleta deste grupo ficaram marcados por encontros com os colonizadores e também pelos conflitos com os Kaingang. Cenário que acabou por contribuir para a captura e dispersão dos Xetá (SILVA, 1998).

Muitos foram os eventos noticiados nas primeiras décadas do século XX a respeito da presença dos Xetá nas terras onde atualmente estão localizados os municípios de Umuarama, Ivaté, Icaraíma, Douradina, Maria Helena e Nova Olímpia. Foram nos anos de 1954, 1955 e especialmente no ano de 1956 os registros mais contundentes feitos por professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) da Sétima Regional de Curitiba.

Objetivando negar a existência e a participação do povo Xetá no processo de construção histórica do noroeste paranaense a pesquisadora Carmen Lucia da Silva (1998) chama-nos a atenção à uma prática recorrente durante o processo de colonização da região classificada por ela como captura de crianças indígenas. Salienta a autora que: “Em 03 de junho de 1952, quando um agrimensor e seus trabalhadores se aproximaram

do grupo: dois meninos e um adulto, acabaram capturando dois deles. Um dos meninos conseguiu fugir” (SILVA, 1998, p. 168).

A autora ainda aponta que, o menino que conseguiu fugir é Tuca.<sup>18</sup> Já o menino capturado foi Kaiuá, que entre os seus era conhecido como Tikuein, irmão de ã<sup>19</sup> e primo de Tuca. “O adulto apanhado, conforme Tuca não era pai de Kaiuá, mas um amigo de seu pai que os acompanhava” (SILVA, 1998, p. 168).

Contudo, conforme salienta Carmen Lucia da Silva (1998), a fuga não poupou o Xetá Tuca do que lhe ocorreria num futuro próximo; embora Tuca fosse conhecedor dos perigos da mata e, os índios sempre estarem avisados por seu povo da possibilidade do contato com os “comedores de índios”, pensou ele juntamente com as demais crianças, que estavam livres do perigo que constantemente rodeava seu território, quando então foi pego por uma espécie de armadilha que a alguns meses atrás havia capturado seu primo Kaiuá.

Deste modo fica clara a vulnerabilidade dos índios do noroeste do Paraná quando se veem frente a frente com o “homem branco” que retiravam as crianças do convívio com os seus e levavam elas para longe de sua convivência com os pais, portanto, longe de seu modo de vida, expondo-as a uma forma de vida totalmente estranha àquela que estavam acostumadas.

O furto de crianças Xetá foi uma marca evidente no noroeste do Paraná. Via de regra o pretexto para tal prática estava ligado à história nacional de aprisionamento de índios. Segundo Silva (1998) as justificativas para retirarem um pequeno Xetá de seus pais estavam “ancoradas no etnocentrismo dos colonizadores, que nutriam em relação ao grupo uma ‘admiração’ pelo exótico, uma repulsa pelo selvagem e um imaginário da sua não humanidade” (SILVA, 1998, p. 195). Então o que ocorria era “o importante era ter uma criança índia, não importava os meios. Era o fim ao qual se propunham, ou seja, torná-los menos selvagens, cristãos, protegê-los do próprio grupo, branqueá-los culturalmente através da aquisição de novos hábitos” (SILVA, 1998, p. 196).

Segundo Mota (2012) apesar do esforço de professores da UFPR, dos membros do SPI e de integrantes do Conselho Nacional de Política Indígena (CNPI), o governo

---

<sup>18</sup>Tuca é remanescente dos Xetá.

<sup>19</sup>ã também é remanescente dos Xetá.

estadual vendeu as terras dos Xetá as Companhias Colonizadoras que lotearam estas, interessados principalmente no cultivo de café nesta região (MOTA, 2012, p. 36).

Até a década de 1990 os Xetá eram tidos pela FUNAI como extintos ou quase extintos, já que constavam nos dados do órgão apenas cinco membros desta etnia, no entanto, por meio do trabalho realizado pela antropóloga Carmem Lúcia da Silva (1998) a pesquisadora contrariou a informação que considerava extinta a população Xetá.

## CAPITULO III

### OS LUGARES DE REPRESENTAÇÃO DOS XETÁ NA MEMÓRIA REGIONAL

#### 3.1- Maria Rosa Tiguá: Uma memória viva do povo Xetá

Quando eu vim morar com ele eu me calei um ano, ela achava que eu era muda (TIGUÁ, 2014).

Esta é uma daquelas experiências que sem dúvidas, deixou uma grande marca durante a caminhada deste trabalho. A entrevista concedida por Maria Rosa Tiguá, juntamente com sua filha Indianara Brasil revelou-nos detalhes não só apenas de seu povo, mas deixou elucidada a real condição na qual se encontra uma parte viva da história do povo Xetá em Umuarama, no noroeste do estado do Paraná.

A epígrafe destacada no início desta sessão remete-nos à discussão de Paul Ricoeur<sup>20</sup>, quando este aponta uma série de conceitos à cerca da memória, e um destes conceitos é o de uma memória impedida ou ferida, o que pode ocorrer quando um grupo ou um indivíduo passa por algum tipo de luto ou melancolia. Como é possível identificar, Maria Rosa Tiguá calou-se e, segundo ela, isto ocorrera já que, estava em um lugar diferente, com gente que não a entendia. Isso fez, conforme Tiguá revelou que durante o primeiro ano com os brancos ela se manteve calada.

Maria Tiguá contou-nos em seu depoimento<sup>21</sup> as lembranças de seus primeiros anos de vida. E estes primeiros anos segundo ela: “Quatro ou cinco anos agente lembra”. Ela descreve momentos e acontecimentos que culminaram com sua criação junto de uma família proprietária de terras próximas de onde atualmente localiza-se o

---

<sup>20</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a História e o Esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

<sup>21</sup> Maria Rosa Brasil Tiguá, 63 anos, em entrevista concedida a Murilo Rebecchi no dia 24 de Abril de 2014

município de Douradina. Segundo Tiguá seus pais faleceram quando ela era ainda da idade de quatro ou cinco anos:

Minha mãe faleceu e eu não conhecia ela, eu era muito pequenininha, meu pai faleceu eu já era mais velhinha, mas também lembro dele vagamente (TIGUÁ, 2014).

Tiguá guarda os nomes de seus pais: Nhatie e Adia Tuca, mas infelizmente não se recorda do significado dos nomes, contudo disse-nos que seu nome “Tiguá” significa “menina” e ainda revelou que o nome “Tikuein” corresponde a “menino”. Sobre seu pai Adia Tuca, Maria Tiguá apontou-nos o que levou ao falecimento dele, em suas palavras: “Ah! tava doente... acho que deram deus sarampo da época que ele teve contato com os brancos... comeu com muito sal”. No tocante ao contato do pai de Tiguá com os brancos fica evidente a presença da etnia Xetá nas terras (re)ocupadas pela Cia colonizadora, COBRIMCO. Conforme Tiguá:

Eu lembro que quando eu vim mora com Antônio Freitas, eles vinham o resto dos índios vinham e acampavam na fazenda dele, ficava uma semana duas e voltavam pra mata, vinha ficava uma semana, duas, trinta dias e voltava novamente, era assim (TIGUÁ, 2014).

O relato de Tiguá reforça nossa defesa no sentido de combater a retórica de que havia na região uma “mata virgem”, um “sertão desabitado”, ou ainda um “vazio demográfico”, que era transmitida pela Cia colonizadora, no intuito de apagar a presença do povo Xetá no processo de formação do noroeste paranaense, discurso que ainda é evocado em relatos como o que foi proferido pelo senhor José Eduardo Meireles<sup>22</sup>, gerente da fazenda São Francisco, localizada no município de Ivaté, o administrador quando questionado pelo apresentador do programa sobre a existência de índios na região afirma que:

---

<sup>22</sup> Concedeu entrevista por telefone ao programa de televisão Canal Rural, no dia 07 de Julho de 2014, disponível no endereço eletrônico: <http://videos.ruralbr.com.br/canalrural/video/mercado-e-companhia/2014/07/demarcacao-terra-indigena-ivate-pode-afetar-mil-funcionarios-usina-canavieira/85782/>

Não, não tem índio! Se passaram índios lá, passaram índios nômades, como foi feito um estudo... então eles não se fixaram na terra, como passaram índios em todo território nacional (MEIRELES, 2014).

Ainda de acordo com o administrador:

Esses índios vieram do Paraguai, furaram o Rio Paraná e foram avançando e assim que foi acabando a caça e a pesca iam avançando... eles passaram por Ivaté, subiram a Umuarama e foram até Maringá onde se fixaram em Maringá (MEIRELES, 2014).

O senhor José Eduardo Meireles endossa ainda, a negação da presença do povo Xetá na região de Ivaté, quando diz: “se passaram por lá não teve um indício, não tem um cemitério, que prove que teve um dia índio lá, e como não tem até hoje e nunca teve”. Contrapondo esta ideia da ausência dos Xetá na região de Ivaté, novamente recorremos a um trecho do relato de Tiguá, onde ela aponta os locais ocupados pelos Xetá: “Ficava no Serra dos Dourados, e eu acho que nasci em Serra dos Dourados... e no 215 ficava muito tempo acampando ali também! Você sabe no 215<sup>23</sup> né?!”.

Fica evidente no discurso do senhor José Eduardo dois momentos: O primeiro onde ele nega a existência e a presença do povo Xetá na região, ideia que é contradita não somente pelo relato de Tiguá, mas também por inúmeros trabalhos que nos últimos anos apontam para a presença da etnia na região muito antes da política de ocupação estadual, intermediada pelas Cia colonizadoras. No segundo momento, percebe-se que há uma tentativa de defesa ao passo que toda a discussão que está em evidência com relação à demarcação da Terra Indígena Xetá não pode culminar com uma responsabilização apenas da fazenda São Francisco:

---

<sup>23</sup> O Rio 215 localiza-se nos limites dos municípios de Ivaté/Umuarama; Ivaté/Icaraíma com dezesseis quilômetros de extensão.

O que nós estamos tentando fazer é nos defender porque eles pegaram de uma área de doze mil hectares, resumiram ela a dois e seiscentos e delimitaram justamente na fazenda São Francisco (MEIRELES, 2014).

O Sr. José Eduardo diz que: “eu acho que isso não é justo, a fazenda São Francisco não pode pagar este ônus sozinha”, afirmando que a dívida é de toda a comunidade, do Brasil e não apenas de uma única fazenda. E aqui nos questionamos a respeito de qual seria esta dívida.

A negação inicial em torno da presença da etnia que justifica a demarcação da Terra Indígena se dobra à uma defesa de uma injustiça que será acometida e que ainda, segundo o administrador da fazenda irá trazer prejuízos de ordem financeira a terceiros, empregados de uma Usina de Açúcar e Álcool sediada em Ivaté e que utiliza parte das terras da fazenda no cultivo da cana-de-açúcar, nas palavras dele:

e vai desempregar muita gente, inclusive na Usina aqui trabalham dois mil funcionários e vai dificultar todo o trabalho da Usina, porque ela é colada a Usina... quer dizer está pondo em risco o emprego de dois mil funcionários da Usina Santa Terezinha (MEIRELES, 2014).

Entre contradições e justificativas fica latente que a percepção com relação à demarcação da Terra é notadamente presente no imaginário daqueles que se põe na contramão da significância que os Xetá deram e ainda dão a terra, entendendo-a não apenas como um espaço onde se firmam e se desenvolvem atividades de caráter econômico, mas primeiramente como um local de signos que remontam a seus costumes, tradições, crenças e identidade enquanto povo. Signos que com o tempo vêm se esfacelando na memória daqueles que ainda sobrevivem. Remanescentes que Tigú menciona:

Ana Maria, irmã dele, tem uma bem velinha que é a ã, o Kuen e eu Maria Rosa... a ã mora lá em Guarapuava e o Kuen também... o Rondon mora lá em Chapecó, o Tikuen mora em Curitiba (TIGUÁ, 2014).

Destarte, reforçamos a necessidade de por meio deste e dos vários trabalhos que têm como foco a questão Xetá, colaborar para que as memórias deste povo não se vá, juntamente com seus mortos, mas que permaneçam vivas na resignificação dos signos e símbolos presentes no cotidiano regional. Símbolos, signos e memórias que pretendemos explorar na subsecção a seguir:

### **3.2- Símbolos, signos e lugares da memória Xetá nos municípios do noroeste paranaense**

A pesquisa focou os municípios de Alto Piquiri, Douradina, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Perobal, Pérola, Umuarama e Xambrê. Juntamente com a identificação de cada lugar de memória trazemos aquele que é o imaginário de moradores do entorno destes espaços e/ou antigos frequentadores dos mesmos, com isto discutiremos se estes espaços possuem para estes algum significado ligado ao povo Xetá.

Na maior parte dos municípios que nos propusemos a percorrer e pesquisar se havia algum monumento, edifício, logradouro, espaço público (praça) que faz alguma referencia a figura dos índios Xetá não obtivemos sucesso; efetivamente pudemos identificar dois municípios com monumentos que fazem alusão ao povo Xetá, são eles: Umuarama e Douradina. Será sobre esses espaços que problematizaremos de modo a trazer a tona, qual o referencial que a população local destes dois municípios atribuí quando se faz relação de identificação destes lugares com o povo Xetá.

Localizado na região noroeste do Estado do Paraná, o município de Umuarama<sup>24</sup> foi fundado em 26 de junho de 1955 pela CMNP, e em 25 de julho de 1960 teve sua emancipação política. Através de uma Lei Orgânica Municipal<sup>25</sup> – reeditada em 2012, como Lei n. 010 onde em seu Capítulo V – há o dispositivo legal que vigora em relação à preservação dos bens públicos de natureza histórica/cultural, onde fica sob

---

<sup>24</sup> É criado o Município a partir da Lei 4.245 de 25 de Julho de 1960.

<sup>25</sup> Lei Orgânica Municipal de Umuarama: 010/2012: Capítulo V : Artigo 175.

responsabilidade do poder público zelar por estes patrimônios, e na forma da Lei observamos:

**Art. 175.** Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, em Umuarama, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado pelo poder público municipal com a cooperação da comunidade [...]: V - os conjuntos urbanos e sítios de valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, ecológicos e científicos.

Desta forma elucidasse a obrigatoriedade do poder público em preservar os espaços de relevância cultural ou histórica. O que se pode constatar aqui é a existência do dispositivo que garante a salvaguarda dos lugares de memória locais. A partir daqui então queremos apresentar estes espaços e com isso apontar por meio dos depoimentos colhidos sobre estes lugares pontuar o imaginário popular sobre os mesmos.

Vale destacar que a utilização da história oral por meio dos depoimentos colhidos dos atores sociais dos espaços que delimitamos enquanto fontes de nossa pesquisa deixam de ser meramente um desdobramento do lembrar já que entendemos como fontes fundamentais para trazermos elucidado o imaginário de frequentadores e demais moradores a respeito destes espaços de memória – quando fazem alguma ligação com o passado – e também a representação que dão a estes espaços quando relacionamos tais espaços com o índio

Como um destes espaços de memória do município de Umuarama, gostaríamos de apresentar a “Praça dos Xetá” – localizada no Parque Dom Pedro – foi inicialmente aberta provavelmente no ano de 1963 durante a gestão do prefeito Henio Romagnolli.<sup>26</sup> No entanto é importante deixar claro que, durante a nossa pesquisa nos deparamos com o problema de não encontrarmos qualquer documento de caráter legislativo que comprove com exatidão a data de criação deste espaço, para tanto utilizamos como fonte os testemunhos de moradores do entorno desta praça, dentre os quais o

---

<sup>26</sup> Henio Romagnolli assumiu o governo municipal sendo o primeiro prefeito do município de Umuarama, exercendo suas atividades administrativas entre os anos de 1961 e 1964.

testemunho do Sr. Raimundo Dantas dos Santos<sup>27</sup> (76 anos) que sobre a fundação da praça disse<sup>28</sup>:

isso aí ah! mais ou menos foi no do Henio Remagnolli ainda, é aqui foi feita, era só tinha a praça (

Em seu depoimento ele relata ainda que, durante um tempo havia apenas a praça referindo-se ao fato de que a mesma não estava pavimentada como hoje a encontramos “era só tinha a praça, nada disso, foi feito na(...)foi no Romero<sup>29</sup>”.

A referência feita ao “Romero” – que foi prefeito do Município de Umuarama entre os anos de 1983 e 1988 – se refere a revitalização e pavimentação desta praça. Atualmente a praça se encontra em um estado bom de conservação, no entanto, não encontramos na mesma qualquer identificação que a registre como “Praça dos Xetá”, o que temos enquanto fonte que nos assegura que esta praça possuiu tal denominação é o testemunho daqueles que indagamos.

Algo que nos chamou a atenção em relação a este espaço é o fato de que embora localizada no perímetro urbano, muitos dos moradores de outras partes da cidade sequer sabiam da existência desta praça quando nos dirigimos a estes para uma conversa fazendo referencia exatamente a este espaço. E aqui nos deparamos então com o problema do sentimento, ou neste caso da falta do sentimento de pertença e também da não identificação de muitos deste espaço como sendo um lugar de memória que busca ou poderia buscar a preservação da memória do índio Xetá. Isto nos faz pensar de acordo com Polak (1992) quando o mesmo pondera em relação a memória entendendo-a enquanto um elemento que constitui o sentimento de identidade seja esta individual ou coletiva (POLAK, 1992). De modo que poucos são os moradores que possuem conhecimento relacionado a etnia Xetá, ou então quando há, ocorre de uma maneira estereotipada por meio do discurso que durante muito tempo povoou o imaginário em relação a existência, ao modo de vida ou ao gradativo desaparecimento deste povo.

---

<sup>27</sup> O senhor Raimundo contou-nos também uma situação um tanto inusitada. Ele durante um bom tempo criava carneiros no espaço da Praça, antes claro da pavimentação que a mesma recebeu, ficando conhecido pela região como “Raimundo dos carneiros”.

<sup>28</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Raimundo Dantas dos Santos, 76 anos, à Murilo Rebecchi em Umuarama no dia 19 de maio de 2013.

<sup>29</sup> Antônio Romero Filho foi prefeito de Umuarama de 19/02/1983 a 31/12/1988.

Outro espaço que faz referência ao povo Xetá , a “Avenida dos Xetás” é logradouro que se inicia na Praça dos Xetá. Na imagem a seguir podemos identificar exatamente onde começa este logradouro:



**Figura 5 - Praça dos Xetá em Umuarama. Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)**

A avenida foi aberta durante a gestão do prefeito Henio Romagnolli – mesmo período correspondente ao momento da criação da “Praça dos Xetá” – e possui uma extensão de aproximadamente três mil e quatrocentos metros de extensão. É uma avenida que está localizada em uma área de residências, centros comerciais e centros de educação, ligando as Zonas VI e, V e IV da cidade. A foto a seguir corresponde a uma das placas de identificação e uma imagem deste logradouro:

Ao longo da nossa pesquisa estivemos, em diferentes regiões deste logradouro, conversando com residentes e trabalhadores, pudemos perceber que a representação destes moradores/trabalhadores em relação aos Xetá são vagas, fragmentadas e aparecem em frases como “eles moravam aqui quando tudo era mata”. São resultantes de conhecimento que estes moradores trazem segundo eles próprios de conversas tidas ao longo dos anos. O que mais pudemos notar é que, para os residentes ou mesmo para os trabalhadores desta avenida não há uma ideia que possa de fato referenciar o lugar ao povo indígena Xetá. Quando perguntamos a uma trabalhadora de um estabelecimento

comercial sobre o fato de que a avenida possui este nome, o que ouvimos foi: “o nome da Avenida é por causa dos índios né?!<sup>30</sup>”.

Desta forma, evidencia-se que, estes dois espaços – Praça dos Xetá e Avenida dos Xetás – embora recebam o nome do povo Xetá não são suficientes de modo que haja um sentimento de resguardo efetivo da memória Xetá. São vistos como espaços urbanos qualquer, isso mais uma vez nos leva a pensar na questão de que, para que um lugar exerça função de “lugar de memória” o mesmo precisa ser entendido como pertencente a um grupo. Concluimos assim que, mesmo havendo estes espaços que referenciam o povo Xetá não são suficientes, a nosso ver, para cumprir sua função patrimonial, a de dar sentido histórico a um lugar, e conseqüentemente de trazer o sentimento de pertença ao grupo que interage com estes espaços.



**Figura 5- Avenida dos Xetá em Umuarama. Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)**

Em Umuarama ainda existe um terceiro espaço urbano dedicado ao povo Xetá: o “Parque Municipal dos Xetá”<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> A trabalhadora, operadora de caixa, Juliana foi entrevistada em Maio de 2013.

<sup>31</sup> Fazemos nota também que, não tivemos sucesso na localização do Decreto que determinou a criação do Parque Municipal dos Xetá em Umuarama; na tentativa de encontrar este documento fizemos pesquisas junto a Biblioteca Municipal, bem como ao Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal,

Ele está localizado no perímetro urbano de Umuarama, tendo sido criado quando da abertura da cidade em meados da década de 1950. O Parque Municipal dos Xetá está disposto em uma área de 19,98 hectares, entre o centro da cidade e o Jardim Panorama. O Parque é comumente conhecido pela população local como “Bosque do índio”. A imagem a seguir mostra-nos a entrada principal do “Bosque do índio”:



**Figura 6 - Parque Municipal dos Xetá em Umuarama. Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)**

Embora a imagem demonstre uma organização e um cuidado com o Parque Municipal vale destacar que, durante 10 anos o “Bosque do índio” esteve sem qualquer tipo de cuidado por parte da administração pública municipal. De acordo com uma matéria veiculada no dia 12 de abril de 2012, “Bosque do índio está abandonado há mais de 10 anos, segundo morador, que filmou grama alta, lixo jogado no chão e banheiros depredados”. Em depoimento o morador<sup>32</sup> descreve:

---

ainda estivemos buscando junto a Câmara de Vereadores e também na Secretaria de Agricultura e MeioAmbiente.

<sup>32</sup> Odair Delgado Sanchez Júnior é morador de Umuarama, atualmente é Professor de Geografia.

eu conheço o bosque desde que foi inaugurado, já teve fases que ele estava muito bem cuidado, limpinho, bem arrumado. Mas, há mais de 10 anos está abandonado<sup>33</sup>.

Em conversa com o morador, ele nos confirmou a cena que descreveu no ano de 2012:

realmente, durante 10 anos o Bosque não tinha nenhum cuidado, estava sem segurança, muito sujo, com mato para todo lado... foi muito triste ver tudo isso, não consegui ficar sem fazer nada e decidi fazer a filmagem e mandar para a emissora (DELGADO, 2012).

Em nota a Prefeitura Municipal por meio da assessoria na ocasião da denúncia explicitou que uma empresa já havia sido contratada em novembro de 2011 e a empreiteira teria até julho do ano de 2012 – durante este período o Parque ficou fechado para o público - para concluir a revitalização do Parque. Após a conclusão da obra o Parque foi reaberto – obra que foi concluída totalmente apenas este ano -; atualmente o “Bosque do Índio” abriga em sua sala a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Como monumento ao povo Xetá o Bosque conta com uma estátua em cimento (ver figura 6) e alguns afrescos com ilustrações fazendo menção ao cotidiano indígena. Sobre estes afrescos abaixo nos mostra o imaginário que se em relação ao índio:

Embora haja por meio da Lei Orgânica Municipal, em relação ao “Bosque do índio” o que foi possível detectar é um despreparo para o cuidado que se deve ter com um lugar entendido como patrimônio. Em grande parte, esta situação contribui para que sintamos falta de um sentimento efetivo dos munícipes em relação ao Parque Municipal e a relação deles com os índios Xetá.

Outro lugar que nos faz pensar sobre o povo Xetá é o Distrito Municipal de Serra dos Dourados, criado a partir do Decreto 4.211 de 6 de janeiro de 1961 em seu artigo 3º., o qual dispõe:

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida a RPC TV em 11 de Abril de 2012. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/vc-no-g1-pr/noticia/2012/04/internauta-faz-video-para-mostrar-abandono-de-bosque-em-umuarama.html>. Acessado em 3 de junho de 2013

No município de Icaraíma,<sup>34</sup> o de Serra dos Dourados com sede na localidade de mesmo nome [...] começa no Rio Veado, no ponto de encontro da linha de divisa de terras, entre as glebas 1 e 5 [...] depois pela das glebas 2 e 11, e ainda na linha de divisa entre as glebas 11 e 16.

No ano de 1980 por meio do Decreto<sup>35</sup> de número 7.333 o Distrito Administrativo de Serra dos Dourados teve seu território redefinido:

Inicia no Córrego Água Bonita no Rio do Veado, por este água acima até sua nascente [...] por água abaixo até sua foz no Ribeirão 215 [...] desce pelo Ribeirão 215 até a foz do Ribeirão Vale Verde; do Ribeirão Vale Verde até a Estrada Piava [...] pela dita estrada chegava-se a cidade de Umuarama.

Na imagem a seguir podemos visualizar o Distrito de Serra dos Dourados:



**Figura 7- Distrito de Serra dos Dourados, Umuarama. Fonte: UMUARAMA (2012)**

Embora o Distrito receba o nome Serra dos Dourados – região descrita como sendo a região ocupada pelos Xetá - já delimitada no primeiro capítulo deste trabalho (Figura 4 p.30) , o território correspondente fica então a alguns quilômetros de onde

---

<sup>34</sup>O atual território de Icaraíma foi colonizado pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO). Tendo sua emancipação política a partir do Decreto 4.245 de 25 de julho de 1960.

<sup>35</sup> Decreto Municipal de número 7.333 de 12 de junho de 1980, publicado no D.O.E no dia 13 de junho de 1980; alterando os limites territoriais dispostos pelo Decreto de número 4.211 de 06 de Janeiro de 1961.

originalmente estiveram instalados os acampamentos dos Xetá. O Distrito de Serra dos Dourados fica a dezoito quilômetros da cidade de Umuarama, contando basicamente com uma população que depende de atividades ligadas a agricultura familiar. Segundo pioneiros, o nome Serra dos Dourados originou-se devido à grande quantidade de cobras encontradas nas matas (Jaracussú Dourado), outros dizem que era uma referência à cor dos índios encontrados na região<sup>36</sup>.

Ao entrevistarmos um morador a cerca da identificação que ele faz do território, da memória e da forma com que o povo é visto pelos distritais tivemos a seguinte resposta:

era referente ao habitat dos índios né?... os índios Xetá!  
Mas é... eles não moravam aqui... ficavam a uns 8  
quilômetros pra frente, mais perto do 215.

Referindo-se a localização que, segundo ele acredita, os Xetá estiveram. É válido destacar que há em torno da figura do índio Xetá e o fato de este por ventura ocupar novamente as terras que originalmente abrigavam os Xetá, certo desconforto quando se fala sobre o tema. A questão foi levantada – a da desapropriação de terras para a criação de uma T.I. Xetá – na região pela Superintendência Regional do INCRA, em um debate ocorrido no ano de 2010 que teve como tema “A etnia Xetá e a ocupação das Terras Indígenas no Paraná” envolvendo o público em geral interessado do tema, além de membros da FUNAI e membros do INCRA.

A possibilidade da criação de uma T.I. trouxe para os moradores do distrito e em especial para os proprietários rurais uma preocupação conforme as palavras do morador Luis Antônio da Silva:

há um questionamento em torno da desapropriação(...) eles tem o direito .- Se eles vem pra sobreviver(...) naquela vida de tribo, ou se aquela reivindicação é por conta da terra boa e valorizada(...) Enquanto nação eles tem o direito deles.... desde que seja pra viver como grupo indígena (SILVA, 2013).

Destarte fica evidente no discurso dos moradores do Distrito uma resistência em relação ao reconhecimento da existência dos Xetá enquanto agentes de

---

<sup>36</sup> Esta definição sobre o nome Serra dos Dourados é encontrada no endereço eletrônico:  
<http://www.portalumuarama.com.br/historia/>

transformação do território noroeste do estado, outrossim, quanto à criação de uma Terra Indígena próxima à localidade, no tocante ao fato que muitos demonstram medo pois podem perder suas terras, evidenciando portanto que por parte destes proprietários rurais não há o reconhecimento da etnia enquanto pertencente à região, ou então quando há algum reconhecimento este vêm carregado de valores que fazem parte da realidade cultural do não-índio que acaba por classificar o índio como alguém que não trabalha, portanto não necessita de terras.

Um último apontamento que gostaríamos de realizar a respeito da memória presente em Umuarama a cerca do índio diz respeito ao seu próprio nome. Este é um neologismo derivado do tronco lingüístico tupi, que segundo os registros oficiais da Prefeitura Municipal:

Originalmente embuarama, de “Embu” lugar, e “are” cheio de luz, claridade, clima bom... a terminação “ama” significa um coletivo, equivalente a reunião, a muitos (UMUARAMA, 1990).

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Na língua Xetá, tribo da nação tupi-guarani, Umuarama significa “lugar alto onde os amigos se encontram”, e hoje a cidade é conhecida como a *capital da amizade* (IBGE, 2014).

Fica evidente, portanto, os umuaramenses carregam em seu gentílico a sua origem, que por muito tempo tentou ser negada pelo discurso construído por aqueles que buscavam esgotar seus interesses durante o processo de colonização desta terra. Negar a existência ou apagá-la, mas ao mesmo tempo carregá-la no nome, na identidade do município. Carregar, portanto o gentílico “umuaramense” é carregar a história deste lugar, e mesmo que boa parte não se identifica com o povo Xetá já trás consigo a contribuição deste povo em suas origens. Negar a existência do povo Xetá é desta forma, negar a própria história.

Outro lugar de memória que apresentamos está situado no Município de Douradina, recentemente criado por intermédio da Câmara Municipal de Vereadores, no entanto, antes de tratarmos de fato deste espaço de memória, é importante trazer um breve histórico desde Município, bem como algumas informações que auxiliem na localização geográfica do mesmo. O Distrito Judiciário de Douradina, criado em 13 de maio de 1964 como parte integrante do Município de Maria Helena. No ano de 1979, por meio da Lei Estadual 7.107 de 17 de janeiro, foi criado o Município de Douradina, sendo assim desmembrado o território do Município de Douradina. E, em 1 de fevereiro de 1983 foi oficialmente instalada a administração do novo município<sup>37</sup>.

O Município de Douradina possui um espaço público denominado como espaço de memória ao povo Xetá a partir da Lei – 1.354 de 30 de abril de 2013<sup>38</sup> – que em seu texto resolve:

Denomina Praça Xetás a praça localizada no Bairro Boa Esperança, no Município de Douradina, Estado do Paraná (DOURADINA, 2013).

Esta mesma Lei foi publicada no dia 1 de Maio do mesmo ano no Jornal Umuarama Ilustrado – edição 9764, p. 21 -; vale destacar aqui que, não há ainda alguma placa que identifique a Praça do Bairro Boa Esperança como “Praça Xetás, e ainda por tratar-se de uma criação recente, muitos dos moradores da cidade quando perguntados a respeito deste espaço não tinham conhecimento, mas quando nos referíamos a Praça do Bairro Boa Esperança os moradores da cidade mostravam conhecimento sobre a mesma.

Até o final desta pesquisa ainda não havia sido feita qualquer identificação na Praça que, auxiliasse a significação da população de Douradina a respeito do espaço de memória. Durante a pesquisa em vários contatos que tivemos com a Administração Municipal buscando alguma notícia sobre a criação de um marco na Praça, obtivemos o seguinte relato: “de momento nada em vista, caso houver te aviso!”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Informações concedidas pela Câmara Municipal de Douradina, Paraná.

<sup>38</sup> A íntegra da Lei segue anexo a este trabalho.

<sup>39</sup> Informação acessada entre os dias 26 e 28 de julho de 2013. O conteúdo deste relato segue anexado a este trabalho (conteúdo de correio eletrônico).

Sendo assim além da documentação oficial o que temos é a imagem da Praça – foto disponível no endereço eletrônico<sup>40</sup> da Prefeitura Municipal de Douradina:



**Figura 8: Praça dos Xetá em Douradina. Fonte: DOURADINA (2013)**

Uma questão que inquietou-nos quando tomamos conhecimento da criação da Praça dos Xetá está ligada ao fato de identificarmos se Maria Tiguá em algum momento tinha conhecimento da criação desta praça, e quando indagamos a Xetá sobre o logradouro ela respondeu:

Tem uma praça aqui? É dos Xetá? Sabia não!... nem me chamaram pra ir lá não! Eu nem sabia dessa praça não! (TIGUÁ, 2013).

Maria Tiguá revelou estar residindo em Douradina, cerca de dois anos e meio, informação checada e posteriormente confirmada por sua filha, e nas palavras dela: “eu sou filha de Douradina e ninguém me disse nada”.

Deste modo chamamos a atenção para o fato de que, embora haja um esforço por parte da Administração Pública para a salvaguarda da memória Xetá em Douradina, nota-se que os responsáveis por este “fato histórico, memorável”<sup>41</sup> não fazem nada além

---

<sup>40</sup> [http://www.douradina.pr.gov.br/novo\\_site/](http://www.douradina.pr.gov.br/novo_site/)

<sup>41</sup> Palavras de Aline Trida Almeida – Diretora Geral da Câmara Municipal de Douradina (26 de junho/2013).

de uma ação saudosista, ao passo que, criam o espaço de memória sem um sentido real de significação do mesmo.

A pesquisa de campo, nos municípios onde pudemos identificar espaços, inicialmente identificados como espaços de memória do povo Xetá, mas que na grande parte das análises feitas a partir das entrevistas, reflete uma realidade que nos preocupa: o que se tem evidente é uma inexistência do sentido real de memória local, quando verificamos nos relatos dos munícipes de Umuarama e Douradina um referencial bastante simplificado a respeito do povo Xetá.

### **3.3- A memória institucional e sua significação**

Tido como um dos símbolos de Umuarama o personagem “umuaraminha” torna-se aqui um objeto de estudo onde problematizaremos, no primeiro momento qual sua significação para seu idealizador, e posteriormente como este personagem é trabalhado nos materiais institucionais produzidos a partir da iniciativa da Prefeitura Municipal de Umuarama.

Criado oficialmente por meio da Lei Orgânica Municipal 01/90 o personagem “umuaraminha” é criação do cartunista Marcos Roberto Vaz<sup>42</sup>. Procuramos então o autor do personagem objetivando compreender quais as motivações o levaram a construir o “umuaraminha” e segundo ele<sup>43</sup>:

A motivação real foi simplesmente homenagear a cidade, e criei o personagem despretensiosamente, dentro da Turma do Brillhante, que era então meu personagem principal (...). Em 1989 desenvolvi o Projeto Umuaraminha, com a intenção de transformar o curumim Xetá em símbolo de Umuarama, mas não exatamente em símbolo oficial e sim num símbolo afetivo e carismático da população umuaramense, fazer dele nossa mascote (VAZ, 2014).

---

<sup>42</sup>

<sup>43</sup> A Integra deste depoimento pode ser observada anexada a este trabalho.

Observando o relato é possível considerar que não houve uma preocupação quanto a contextualização do personagem, enquanto parte da história local, ao contrário disso, conforme o cartunista relatou: “fazer dele nosso mascote”. Neste sentido nos debruçamos então na busca pela elucidação daquela que é a imagem que reproduz o personagem. Para tanto, novamente recorreremos ao depoimento de Marcos Vaz:

Eu era ainda muito jovem e não tinha a noção da importância dos Xetá, sabia apenas que Umuarama era um nome indígena e, portanto, nada mais natural do que ser representada na imagem de um índio que, por ser dali, só poderia ser Xetá (...) com o umuaraminha, resgatar a importância do contato do homem com a natureza, falar da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da vida simples (VAZ, 2014).

Não obstante ao que se apresenta na sequência é o imaginário comumente construído a cerca dos povos indígenas, conforme podemos observar:

O umuaraminha por ser um índio representava a ingenuidade, o homem no seu contato benéfico com a natureza, sem a imposição da cultura do homem branco. A ingenuidade dos primeiros anos deu lugar à consciência de tudo o que sofreu o povo Xetá (VAZ, 2014).

Fica claro que, embora houve a construção de um personagem fazendo referência ao povo Xetá, a construção está povoada pelo ideário romantizado a cerca do índio que passivamente sempre foi dominado pelo homem branco, não evidenciando assim sua contribuição efetiva na construção histórica de um dado local. O imaginário de que o povo Xetá foi exclusivamente passivo na modificação do espaço pode ser percebido ainda quando o cartunista afirma que:

Os Xetás foram extintos, pois se encontravam numa espécie de infância do desenvolvimento, caracterizados por uma total ausência de malícia. Um povo frugal, telúrico, dócil, pacífico e rudimentar (VAZ, 2014).

O personagem aparece na obra **Almanaque**<sup>44</sup> **do Umuaraminha** reforçando a crença que aponta para uma eterna fragilidade das nações indígenas quando estão em contato com o homem branco. Já nas primeiras páginas do Almanaque o que se configura é um índio assustado e fugitivo, temendo ser apanhado pelos brancos. Este temor é expresso na feição deste índio. Cenário que muda graças a ajuda que ele recebe de alguns “heróis” que surgem em meio a mata para tirá-lo de lá:

(...) você será a memória de um povo que cumpriu seu papel na história (...). A nação Xetá (...) estão chegando (...) precisamos ir (...) ‘tá’ perto” (UMUARAMINHA, 2013, p. 13-17).

Contudo a obra não trás consigo a história do povo Xetá, o que vemos é a veiculação de temas com o pano de fundo associado à defesa do meio ambiente, da paz e da preservação do espaço urbano. A identificação do personagem com estes temas pode ser observada nos trechos do “hino do umuaraminha”<sup>45</sup>:

(...) Olá amiguinhos, sou o umuaraminha, o mais novo defensor da natureza, juntos você e eu temos a missão e o dever de preservar a nossa mãe Terra (...) Vamos acordar e proteger o nosso planeta Terra.

Vale destacar que nosso objetivo não é desqualificar os temas que o personagem apresenta, temas que possuem grande relevância e que contribuem no processo de ensino e aprendizagem das séries iniciais do ensino fundamental, mas chamamos a

---

<sup>44</sup> O Almanaque do Umuaraminha foi elaborado por Marcos Roberto Vaz e distribuído nas escolas da rede pública municipal de Umuarama no ano de 2013.

<sup>45</sup> O “hino do umuaraminha” foi criado no ano de 1991. A íntegra do hino segue anexo a este trabalho.

atenção para um personagem desligado da origem do povo pelo qual se identifica, o povo Xetá, sendo assim interpretamos este personagem como uma figura de caráter institucional e não como uma figura de memória, ideia essa que na maioria das vezes fica aparente no senso comum.

Nas leituras que fizemos a cerca da obra “umuaraminha” foi possível identificar um personagem voltado para um discurso de caráter institucional, onde o mesmo flutua em questões que dizem respeito às ações governamentais dos diferentes momentos da administração pública umuaramense. Este discurso institucional fica evidente, por exemplo, no **Jornal do Umuaraminha – Ano de 2010**. Neste jornal ficam evidenciadas as ações voltadas a educação no município de Umuarama, a descrição de programas e projetos desenvolvidos bem como os resultados obtidos em decorrência do projeto educacional desenvolvido.

Salientando a figura institucional do “umuaraminha” recorreremos ao **Jornal Umuarama Ilustrado** que publicou em 01 de Maio de 2013 uma nota trazendo uma questão de saúde pública:

O combate à dengue ganha mais um aliado nos próximos dias, em Umuarama. Está em fase de elaboração um gibi de caráter educativo e preventivo com o personagem símbolo da cidade – o índio Umuaraminha” (UMUARAMA ILUSTRADO, 2013, p. 08).

Desta maneira podemos portanto, identificar o personagem não como uma representação da memória, mas como um recurso de caráter institucional, de ordem social, política e ambiental.

### **3.4- O indígena no currículo básico do Ensino Fundamental no município de Umuarama**

A Construção de uma memória histórica e a valorização dos elementos que dão sentido de pertencimento a uma sociedade também passam pelos bancos da escola. Neste sentido esta seção discute como é trabalhada a figura indígena no âmbito escolar, especificamente em uma escola de ensino fundamental no município de Umuarama. É importante ainda, antes de partirmos para os apontamentos a cerca do trabalho propriamente desenvolvido em sala de aula, delimitar brevemente o ambiente utilizado neste momento da pesquisa.

A Escola<sup>46</sup> Municipal Tempo Integral de Umuarama foi fundada no ano de 2001, atualmente atende cerca de 500 crianças com idade entre 04 e 10 anos de idade em tempo integral, com o currículo básico sendo aplicado no turno da manhã, até o quinto ano do ensino fundamental, e no período vespertino com o desenvolvimento de atividades diversificadas. Dentre as séries optamos na triagem do quarto ano, bem como fizemos a escolha da disciplina de História como norteadora da análise. Vale destacar que a escolha de outro estabelecimento de ensino não traria mudanças além do método de ensino dos professores, já que todos os estabelecimentos municipais seguem um mesmo documento norteador, formulado juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, embasado nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para a discussão chamamos uma análise feita por Lúcio Tadeu Mota e Isabel Cristina Rodrigues (1999) onde os autores discutem a etno-história e a questão indígena nos livros didáticos. Segundo os autores até a década de 1970 se estabeleceu um discurso onde os indígenas eram apontados como indivíduos sem passado ou futuro e que fatalmente estes indivíduos passariam por um inevitável processo onde assimilariam a cultura que os envolvida, com uma essência capitalista (MOTA, RODRIGUES: P. 41, 1998). Outrossim, Mota e Rodrigues apontam para a questão metodológica na ocorrência de uma pesquisa, o que segundo os autores, deixava os historiadores dos anos de 1970 inseguros em um terreno que era povoado apenas pela tradição oral.

---

<sup>46</sup> Endereço eletrônico d Escola Municipal Tempo Integral de Umuarama:  
<http://esctempointegral.blogspot.com.br/>

Todo este cenário vem se modificando nos últimos anos, graças à visibilidade nos âmbitos político, jurídico, social e cultural quem vem sendo dada às ações indígenas, seja no interior do Brasil, seja no cenário internacional. À medida que esta visibilidade crescia, também eram superados os paradigmas em relação ao estudo das sociedades sem escrita. Neste contexto a Etno-História surge de maneira pontual, haja vista, que incorpora em sua natureza os métodos da investigação histórica e a problemática do campo da Antropologia.

Por meio de uma análise em torno dos eventos que caracterizaram a formação dos países americanos pode-se observar que, seja no caso dos Estados Unidos, onde havia um falso sentido de território indígena, como aponta Mota e Rodrigues (1998, p. 43), ou ainda nos países latino-americanos como é o caso da Bolívia onde os indígenas são classificados como camponeses, fica evidente que o objetivo dos governantes sempre foi de exterminar estas populações, tendo em vista a superação de anseios e interesses políticos. No caso do Brasil fica evidente também a tentativa de apagamento das populações indígenas, ao passo que desde o início da colonização, seja pelo viés religioso, ou ainda no campo econômico, onde se compreendia que o nativo deveria ser civilizado e isto necessariamente passava pela conversão deste ao cristianismo ou ainda com o ideal de que seria por meio do trabalho, na concepção do colonizador, que este nativo passaria da condição de barbárie para civilizado. Seja como for, as inúmeras tentativas de apagar as populações indígenas não tiveram êxito, de modo que estas populações vêm se preservando em suas crenças, tradições e cultura. Nesta perspectiva nos propomos a apontar de que maneira o indígena é ilustrado na construção da história local.

Buscando compreender de que maneira a história vem sendo construída e transmitida no ambiente escolar supracitado, apontaremos os recursos utilizados e o direcionamento programático nos estudos envolvendo a disciplina de História do quarto ano, turma dirigida pela professora Vanusa Shirley Guiselim Borges<sup>47</sup>. A escolha desta série/ano ocorreu após uma sondagem feita junto ao corpo docente do estabelecimento de ensino, onde foi possível constatar que nas séries iniciais as atividades voltadas à história local e especialmente à participação dos indígenas na construção desta, deu-se

---

<sup>47</sup> A Professora é pedagoga de formação, atuando já a 11 anos no Ensino Fundamental – Séries iniciais e é responsável desde o início do ano letivo pela 4ª série B na Escola Municipal Tempo Integral em Umuarama.

de maneira lúdica, onde tudo o que foi transmitido derivou de cantigas, pequenos contos e que de acordo com as professoras responsáveis pelas séries onde foi adotada esta metodologia, exatamente por se tratar de crianças ainda no estágio inicial de alfabetização e letramento, qualquer registro que possa requerer uma produção das mesmas assume um terreno complexo de ser ocupado.

Acompanhamos durante alguns dias<sup>48</sup> a rotina pedagógica do quarto ano “B” de posse de alguns recursos de ordem didático-pedagógica dos quais pretendemos uma análise. O primeiro destes recursos é conhecido como: “Rotina Semanal” onde estão elencados os conteúdos que deverão ser trabalhados durante um período estabelecido, nas disciplinas do currículo básico da série em questão.

O documento parte do tema **Formação Populacional** e deste para subtemas como: os povos indígenas no Brasil, os povos indígenas no Paraná. Onde busca identificar e diferenciar os povos indígenas do Paraná e também reconhecer sua contribuição na formação do território paranaense.

Para o desenvolvimento da proposta sobre o tema alguns caminhos metodológicos foram adotados: perguntas como “Quem são os índios?” ou “Quem já viu um índio?” eram lugar comum na introdução da aula; em seguida o que se apresentava aos alunos os povos que habitavam e que ainda habitam o território paranaense. Como subsídio teórico houve a opção por alguns textos<sup>49</sup> que reforçam a defesa de que estas terras já estavam ocupadas quando da chegada dos colonizadores, contudo quando aponta para a relação entre indígena e colonizador ou como os textos chamam “europeu”, fica explícita a ideia de que o primeiro é agente passivo na construção do território paranaense, atribuindo assim, apenas o segundo a função de modificador do espaço.

As atividades<sup>50</sup> desenvolvidas a partir dos temas trabalhados vão desde a identificação pelos alunos dos povos indígenas do Paraná, passando pela elaboração de pequenos textos onde cada aluno apresenta o que pôde assimilar à cerca do que lhe foi apresentado. Notou-se que em se tratando de identificação e reconhecimento quanto à figura do índio paranaense está ocorre de maneira bastante superficial e mais

---

<sup>48</sup> Rotina Semanal: 24/Março a 28/Março de 2014.

<sup>49</sup> Estes textos seguem anexados a este trabalho.

<sup>50</sup> As atividades podem ser vistas anexas a este trabalho.

especificamente quando se trata da etnia Xetá não é possível identificar subsídios necessários, de posse dos professores que possibilitem aos mesmos contribuírem com a construção de uma consciência histórica a cerca do povo que é parte integradora na formação do espaço do noroeste paranaense. Ao passo que não eram todos os alunos que, quando questionados sabiam por exemplo, da existência de uma remanescente dos Xetá tão próxima deles.

Outrossim, através deste acompanhamento foi possível uma verificação: de que pontualmente na disciplina de História, a abordagem em torno da questão indígena ocorreu tão somente nos dias próximos ao “Dia do Índio” e a justificativa para este quadro foi fundamentada em torno da necessidade de trabalhar outros temas que tratassem das demais datas que se aproximavam. É notória a ideia de que cumprido o conteúdo sobre o indígena próximo ao dia 19 de Abril fica então feita à reflexão sobre a figura do mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo verificar qual lugar é destinado ao povo Xetá quando se trata do processo de formação do noroeste paranaense e como este povo vem sendo resignificado na memória coletiva dos municípios pesquisados a partir de um discurso que se estabeleceu com a ação das companhias colonizadoras que atuaram na região.

No primeiro capítulo deste trabalho debatemos conceitos que direcionam nossa pesquisa: a Memória onde consideramos que esta resulta do ato de lembrar, lembranças são parte de qualquer indivíduo, e sem dúvidas, para se lembrar é necessário passar por alguma situação que te auxilie na prática deste exercício de lembrar. Contudo nos questionamos a respeito de dois estágios totalmente distintos entre ambos quando referimo-nos à formação do noroeste paranaense e à presença do povo Xetá neste processo. Outrossim, tratamos do conceito de Patrimônio, de maneira que julgamos que as memórias produzidas por um grupo ou por um indivíduo tornam-se parte integradora do processo de formação da identidade e que por isto mesmo devem ser preservadas enquanto um objeto de estima. Não obstante, ainda apontamos para uma retórica que por muito tempo foi praticada durante os anos que se desenvolveram as atividades colonizadoras na região noroeste, produzindo uma ideia de que estas terras eram inóspitas, desérticas, vazias, discurso que começou a ser desconstruído com vários trabalhos de estudiosos importantes da área da Etno-História, da Sociologia e da Antropologia e que nos debruçamos no intuito de colaborar na desconstrução deste discurso.

No segundo capítulo deste trabalho discutimos a política expansionista por meio das atividades das frentes colonizadoras, visando a ocupação de terras por intermédio da atividade econômica acabou constituindo e disseminando um discurso que durante um bom tempo foi majoritário quando fazia referência a construção do espaço que corresponde ao noroeste paranaense.

Negar a presença de uma sociedade anterior ao início das atividades colonizadoras era parte fundamental para as pretensões dos grupos que investiam recursos/tempo e suor nestas terras. Destarte anular a presença de prováveis obstáculos era fundamental. Se por um lado há o fortalecimento de uma propaganda veiculada

dentro e fora do estado paranaense e até no exterior acerca das terras férteis e vazias que aqui se encontravam, por outro lado, eram tomadas todas as medidas entendidas como primordiais para que os negócios não se fristassem, de maneira que os “não-civilizado” se mantivessem distantes das terras que anunciavam o progresso.

De maneira infeliz, o discurso avançou à medida em que os anos passavam e quase toda a referencia e representação do povo Xetá, que aqui já estavam muitos antes da chegada dos colonizadores, quase se esvaiu por completo. Reforço o “quase” muito por conta de alguns elementos que em outras pesquisas já subsidiam a questão que motivamos a trabalhar nesta pesquisa. Estas pesquisas apontam para práticas culturais, para a permanência de elementos que caracterizam um Xetá, e sem dúvida o mais importante a ser destacado nestes trabalhos está ligado a remanescência de alguns dos Xetá, uma memória fiel e vida deste povo.

No terceiro capítulo trabalhamos com aquelas que foram nossas fontes de pesquisa: as memórias produzidas seja por intermédio institucional, por força governamental ou ainda por meio de testemunhos orais de maneira que pudéssemos compreender como o povo Xetá é lembrado, como é referenciado desde os primeiros anos do ensino fundamental até no cotidiano dos moradores que frequentavam espaços públicos que referenciavam o povo Xetá. Em meio a essa proposta nos deparamos com uma série de situações que marcou profundamente esta pesquisa, uma delas foi a visita à Maria Rosa Tigúá uma das remanescentes do povo Xetá que sem dúvidas ajudou-nos a contrapor com mais eficácia o discurso do vazio demográfico proferido não só nos tempos da colonização, mas ainda em debates e discussões que trazem a questão do reconhecimento deste povo como participante no processo de formação do noroeste do estado.

Reconhecemos que embora haja um esforço pro parte da administração pública, de alguns dos municípios que desenvolvemos nosso trabalho, no sentido de rememorar o povo Xetá com a criação de logradouros e parques, ficou claro que na maioria dos casos faltou uma consciência do ponto de vista histórico ao ponto de proporcionar aos ocupantes moradores destes espaços o sentido de compreensão acerca do povo Xetá enquanto agente de transformação da região antes mesmo da chegada das frentes colonizadoras na região.

Temos convicção que este trabalho não esgota a pesquisa sobre o povo Xetá e tão pouco quanto a história da região noroeste paranaense, contudo o que nos motivou para esta pesquisa é o fato de que a mesma se junte aos trabalhos produzidos na área da historiografia que buscam preservar a identidade dos povos indígenas do Paraná; que possa contribuir para a construção de uma memória histórica quanto ao processo de construção do território que hoje corresponde ao noroeste paranaense e da presença e contribuição do povo Xetá neste processo. O resultado deste trabalho nos leva a considerar que ainda há um campo muito vasto a ser explorado em relação aos municípios que formam a microrregião de Umuarama levando-se em conta é claro a particularidade de cada um destes municípios e das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas dentro de um determinado processo histórico.

Umuarama em especial, que carrega já em seu gentílico a origem Xetá necessita de um olhar cuidadoso partindo de nós pesquisadores da História.

## REFERÊNCIAS

- ACIU – Associação Comercial e Industrial de Umuarama (2014) disponível em : <http://www.aciupr.com.br/historia-de-umuarama.php> acesso em julho de 2014.
- ALVES, Paulo. **Perspectiva acerca do método e técnica de análise dos discursos**. In: História. São Paulo, 1983. p. 33-37.
- AMADO, Janaína. **Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA**. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaína. (Org.). Passando dos limites. Goiânia: Editora UFG. 1995. p. 51-78.
- BRAGA, R. **Contribuição ao estudo fitogeográfico do estado do Paraná: Serra dos Dourados**. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, n. 6-7, p. 29-41, maio 1962.
- BRASIL, Governo do. Decreto N. 50.665, de 30 de Maio de 1961. Brasília: Senado Federal, 1961.
- BUSNARDO, E. ; VOITCH, G. **O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás**. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 1-18, 8 mar. 2005.
- BURKE, Peter. **“História como memória social”**. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
- CHALEGRE, José. **Depoimento**. Entrevistador. Murilo Rebecchi, Ivaté, Paraná, 20 Set, 2013. Entrevista concedida à pesquisa: Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá.
- CMNP- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação Comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). São Paulo, 1975.
- COSTA, S. G. **Os sobreviventes da idade da pedra**. Revista Panorama, Curitiba, ano 7, n. 110, p. 20-26, 1961.
- FERNANDES, J. L. **Aspectos antropológicos da Serra dos Dourados**. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 10, 15 nov. 1955.
- \_\_\_\_\_. **Os índios da Serra dos Dourados (Os Xetá)**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 3., 1959, Recife. Anais... Recife, 1959a. p. 27-46.
- \_\_\_\_\_. **The Xetá a dying people in Brazil**. **Bulletin of International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research**, Viena, v. 2, p. 22-26, 1959b.
- \_\_\_\_\_. **Les Xeta et le palmiers de la foret des Dourados: contribution a l'éthonobotanique du Paraná**. Paris. Actes du VI Congress international de sciences anthropologiques et ethnologiques, v. 2, n. 2, p. 39-43, 1960.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo dos índios da Serra dos Dourados 1958-1961.** Belo Horizonte: 5a Reunião da ABA, 1961a.

\_\_\_\_\_. **Le peuplement du nord-ouest du Parana et les indiens de la Serra dos Dourados.** Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, n. 2-3, p. 79-91, 1961b.

\_\_\_\_\_. **Os índios da Serra dos Dourados: os Chetá.** Almanaque Popular Teuto-Brasileiro, Florianópolis, n. 17, p. 193-202, 1961c.

\_\_\_\_\_. **Os índios da Serra dos Dourados: estado atual das pesquisas.** Bulletin of international Committee on urgent anthropological and ethnological research, Viena, v. 5, p. 151-154, 1962.

FERRARINI, S.; CUNHA FILHO, C. P. **Índios visitam o Circulo de Estudos Bandeirantes.** Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, v. 9, p. 87-97, jul. 1995.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república.** São Paulo: Hucitec, 1989.

HARACENKO, A. A. de S. **O processo de transformação no território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas.** 2007. 697f. Tese (Dotourado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia-Programa de Pós Graduação em Geografia Humana- USP □ Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo-SP, 2007.

HELM, C. M. V. **Os Xetá: a trajetória de um grupo Tupi-Guarani em extinção no Paraná.** Anuario Antropológico Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92, p. 105-111, 1994.

\_\_\_\_\_. **Los Xeta: la trayectoria de un grupo Tupí-Guaraní.** Quito. In: BARTOLOMÉ, M. A. (Ed.). Ya no hay lugar para cazadores. Proceso de extinción y transfiguración étnica em América Latina. Quito: Abya-Yala, 1995. p. 109-122.

HOBSBAWM, Eric. **A história de baixo para cima.** In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

IBGE/BIBLIOTECA disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> acesso em dezembro de 2010.

IBGE/BIBLIOTECA disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> acessado em julho de 2013.

IHERING, H. V. **Archeologia comparativa do Brazil.** Revista Museu Paulista, São Paulo, n. 6, p. 519-583, 1904.

KOZAK, V. **Stone age revisited.** Natural History Magazine, Nova York, n. 81, p. 14-24, oct, 1972.

LAMING-EMPERAIRE, A.; MENRZES, M. J.; ANDREATTA, M. D. **O trabalho de pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados**, Estado do Paraná. Coleção Museu Paulista: série ensaios, São Paulo, n. 2, p. 19-82, 1978.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2 ed. Campinas., São Paulo. Editora da Unicamp. 1992.

MACHADO, J. S. (**Barão de Antonina**). **Carta do Barão de Antonina ao Ministério da Guerra em 21/12/1842**. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, 1842.

MOTA, L.T. **História do Paraná: ocupação e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. IN: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999. p. 21-50.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. 1998. 531 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1998.

\_\_\_\_\_ **As colônias indígenas no Paraná provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.**

\_\_\_\_\_ **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

\_\_\_\_\_ **O instituto histórico e geográfico brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional**, In: Revista Diálogos, DHI/UEM; 02, 1998. p.149-175.

\_\_\_\_\_ **OS Xetá no vale do rio Ivaí 1840-1920**. Maringá, PR: Eduem, 2013.

\_\_\_\_\_ **Presença e resistência Kaingang no Paraná**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 1992.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NETO, Edgard Ferreira. **História e etnia**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.313-328.

NIMUENDAJU, C. **Social organization and beliefs of the Botocudo of eastern Brazil.** Southwestern Journal of Anthropology, Albuquerque, v. 2, n. 1, p. 93-115, 1946.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História. Projeto História.** São Paulo, n. 10, dezembro, 1993.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. IN:Brasil em Perspectiva. SP: DIFEL, 1969.

NOVAK, Éder da Silva. **Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – UEM. Maringá, 2006.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** Editora Hucitec: São Paulo, 1981.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica.** Lisboa: Edições 70, 1997.

PARANÁ. **Departamento de Terras e Colonização. Exploração da região noroeste do Estado do Paraná entre os rios Ivai, Paraná e Paranapanema e Tibagy.** Curitiba, 1933.

PMD – Prefeitura Municipal de Douradina (2013) disponível em:  
[http://www.douradina.pr.gov.br/novo\\_site/index.php?nivel=1&exibir=secoes&ID=15](http://www.douradina.pr.gov.br/novo_site/index.php?nivel=1&exibir=secoes&ID=15)  
acesso em setembro de 2013

PMP – Prefeitura Municipal de Pérola (2014) disponível em:  
<http://perola.pr.gov.br/index.php?sessao=3329698b45nc33&id=1425> acesso em maio de 2014.

PMU – Prefeitura Municipal de Umuarama (2013) disponível em:  
<http://www.umuarama.com.br/> acesso em dezembro de 2013.

PRIORI, Angelo. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964.** Maringá: EDUEM, 1996.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 4ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1982.

RICOEUR, Paul. **O esquecimento.** In: **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **A língua dos índios Xetá como dialeto Guarani.** Cadernos de Estudos Linguísticos. São Paulo, n. 1, p. 7-11, 1978.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história.** Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais.** In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004

SILVA, C. L. **Os sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá.** 1998. Dissertação (Mestrado)-PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. **Em busca da sociedade perdida: o trabalho da memória Xetá.** 2003. Tese (Doutorado)PPGAS/UNB, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Xetá.** In: Cadernos Temáticos. Educação Escolar Indígena. Curitiba: SEED, 2006.

SILVA, Carmem Lúcia da. **Em busca da sociedade perdida: O trabalho da memória Xetá.** 2013: Doutorado. (Antropologia)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

SITTA, Lourival. **Depoimento.** Entrevistador. Murilo Rebecchi, Ivaté, Paraná, 10 Mai, 2013. Entrevista concedida à pesquisa: Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá.

TIGUÁ, Maria R. B. **Depoimento.** Entrevistador. Murilo Rebecchi, Ivaté, Paraná, 14 Abr, 2014. Entrevista concedida à pesquisa: Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias.** Curitiba: UFPR, 1997. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

UMUARAMINHA – Símbolo Oficial de Umuarama (2014) disponível em:  
<http://www.umuaraminha.com.br> acesso em fevereiro de 2014.

VAZ, Marcos R. **Depoimento.** Entrevistador. Murilo Rebecchi, Ivaté, Paraná, 06 Mai, 2014. Entrevista concedida à pesquisa: Entre a colonização do noroeste do Paraná e a preservação da memória de um povo esquecido: os Xetá.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

\_\_\_\_\_. **Norte velho, norte pioneiro.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. nº 7. Departamento de História. Curitiba, 1968.

## ANEXOS:

ANEXO I: Lei de criação d Praça dos xetá em Douradina

ANEXO II: Plano de rotina semanal pedagógica do ensino fundamental (4º ano) da Escola Municipal Tempo Integral: Professora Vanussa S. G. Borges

ANEXO III: Atividade avaliativa proposta em sala pela Professora Vanussa S. G. Borges

ANEXO IV: Capa do Almanaque do “umuaraminha” produzido no ano de 2013

ANEXO I: Lei de criação d Praça dos xetá em Douradina



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA**

CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94

FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br

Av. Brasil, 701 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Lei nº. 1.354

De 30 de Abril de 2013.

**Denomina Praça Xetás, a praça localizada no Bairro Boa Esperança, no Município de Douradina, Estado do Paraná.**

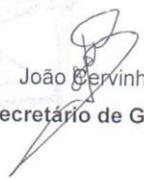
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica denominado de Praça Xetás, a praça localizada no Bairro Boa Esperança, no Município de Douradina, Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze (30/04/2013).

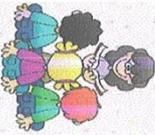
  
Francisco Aparecido de Almeida  
Prefeito Municipal

  
João Bervinhani  
Secretário de Governo

Publicado no Jornal	
"UMUARAMA ILUSTRADO"	
Edição N.º 9764	Pg. 21
De 01 / 05	2013

**O Trabalho Continua**

ANEXO II: Plano de rotina semanal pedagógica do ensino fundamental (4º ano) da Escola Municipal Tempo Integral: Professora Vanussa S. G. Borges

ROTINA SEMANAL 24/03/2014 – 28/03/2014					
Segunda-Feira 24/03		Terça-Feira 25/03		Quarta-Feira 26/03	
<p>Leitura: "Beleza Negra"</p> <p>PORTUGUÊS ENSINO RELIGIOSO</p>	<p>Leitura: "Um ursinho só pra mim"</p> <p>CIÊNCIAS PORTUGUÊS</p>	<p>Leitura: "Trava língua"</p> <p>MATEMÁTICA INFORMÁTICA</p>	<p>Leitura: "artigo "Índigenas do Brasil"</p> <p>PORTUGUÊS HISTÓRIA GEOGRAFIA</p>		
<p><b>CONTEÚDO</b></p> <p>Leitura e interpretação Substantivos e adjetivos Frases/ Sinais de Pontuação A riqueza das diferenças</p>	<p><b>CONTEÚDO</b></p> <p>Continuação da aula anterior de ciências – estados da água. Texto "A água doce é muito rara". Gráfico Pintura da estação de tratamento de água.</p>	<p><b>CONTEÚDO</b></p> <p>Medidas de Tempo Adição e subtração composição e decomposição Antecessor e Sucessor</p>	<p><b>CONTEÚDO</b></p> <p>Povos indígenas do Paraná Localização Produção de texto coletivo</p>		
<p><b>OBJETIVO</b></p> <p>Ler e interpretar texto. Destacar os adjetivos relacionados ao substantivo. Criar novos adjetivos e produzir frases. Usar corretamente os sinais de pontuação nas frases. Discutir sobre as diferenças respeitando as pessoas como elas são.</p>	<p><b>OBJETIVO</b></p> <p>Retomar atividades sobre a água. Conscientizar sobre o uso da água sendo esta um bem finito. Listar maneiras de usar a água com consciência. Pintar o caminho que a água percorre na estação de tratamento da água. Ler na biblioteca.</p>	<p><b>OBJETIVO</b></p> <p>Retomar atividades sobre medidas de tempo. Ler e interpretar convite para trabalhar as medidas de tempo. Calcular a adição e subtração com reserva. Corpor e decompor numerais diversos. Escrever o antecessor e sucessor.</p>	<p><b>OBJETIVO</b></p> <p>Identificar os povos indígenas do Estado do Paraná e destacar as diferenças e semelhanças entre eles. Reconhecer a contribuição do povo indígena na formação do povo paranaense. Destacar as principais características do povo Xetá e Tupi Guarani. Registrar atividades do livro.</p>		
<p><b>DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>Leitura e interpretação do texto "O fusca e o robô" Pintura no texto dos adjetivos e substantivos. Atividade impressa para criar novos adjetivos e posteriormente produzir frases observando a escrita e sinais de pontuação. Roda de discussão sobre as diferenças e respeito as pessoas destacando as qualidades que cada um tem.</p>	<p><b>DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>Retomada de conteúdos sobre a água. Conscientização sobre a água sendo um bem finito e as maneiras de economizar água. Listagem coletiva das maneiras de economizar água e registro no caderno. Pintura do caminho que a água percorre na rede de estação de tratamento. Leitura por prazer na biblioteca.</p>	<p><b>DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>Retomada de conteúdos sobre medidas de tempo. Leitura e interpretação de convite aniversário. Cálculo da adição e subtração com reserva. Composição e decomposição de numerais. Escrita do antecessor e sucessor. No laboratório de informática mostrar o processo de tratamento da água através de imagens ilustrativas.</p>	<p><b>DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>Roda de conversa sobre o povo indígena, suas contribuições, modo de viver. Texto informativo sobre os índios Xetá, Tupi Guarani. Registro de atividades do livro. Ilustração das características de cada indígena. Produzir texto coletivo, observando a pontuação, paragrafação e ortografia.</p>		
					<p>              A T I V I D A D E         </p>

<p>3-Evolução dos instrumentos de Medida de Tempo.</p>	<p>3-Identificar os principais instrumentos utilizados para medir o tempo e sua evolução .</p>	<p>Mostrar o trazido de casa pelos alunos para a comunidade. Mais informações na apostila.</p> <p>3-Instrumentos para medir o tempo (relógio de sol, ampulheta, relógio digital, relógio de pulso) relatar a história dos objetos antigos e como os homens faziam para medir o tempo. Levar texto informativo para leitura em voz alta, mostrar imagens destes objetos. Falar da importância em se medir o tempo. Questionar os alunos como: Como seria se não tivesse o medidor de tempo? Como será que antigamente as pessoas contavam e/ou mediam o tempo?</p>
<p><b>Formação Populacional</b></p> <p>1-Povos Indígenas do Paraná.</p>	<p>1- Identificar os Povos Indígenas do Estado do Paraná e destacar as diferenças e semelhanças entre eles.</p> <p>1.1-Reconhecer a contribuição do povo indígena na formação do Povo Paranaense.</p> <p>1.2- Localizar no mapa do Paraná as regiões onde os indígenas vivem.</p> <p>1.3- Conhecer as reduções e finalidade.</p>	<p>1-Iniciar a aula falando dos povos indígenas que foram os primeiros moradores das terras brasileiras se possível levar uma fonte concreta de informação (cestas trançadas, vaso de barro, flecha...) Perguntar aos alunos "Quem são os Indígenas? Como se vestem? Onde os indígenas estão morando hoje?" e registrar no quadro negro os aspectos mais importantes das repostas dos alunos. Explicar sobre os Povos indígenas que habitam ou habitaram o Paraná, como: os Xetá, Kaingang, Tupi Guarani, o modo de vida, organização familiar, cultura, religião, brincadeiras, artesanato e a realidade atual.</p> <p>Falar das contribuições dos povos indígenas para a formação da população paranaense e sobre o local em que vivem os indígenas atualmente e a comparar este com de outros lugares do Brasil; As Reduções no Estado do Paraná (As Reduções foram aldeamento indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas afim de catequizar os índios);</p> <p>- Apresentar aos alunos objetos artesanais feitos pelos indígenas (deixar que os alunos explorem o máximo que puder os objetos);</p> <p>- Propor a leitura de textos informativos sobre os Xetá, Kaingang e</p>

ESCOLA MUNICIPAL TEMPO INTEGRAL  
PROFESSORA: VANUSA SHIRLEY GUSELIM BORGES  
TURMA: 4º ANO "B" DATA 20/09/12/14  
ALUNO(A) Uma Carolina Honorio Matana de Uziel

**AVALIAÇÃO DE HISTÓRIA**

RESPONDA:

1 - QUAIS FORAM OS POVOS INDÍGENAS QUE HABITARAM O PARANÁ?

Foram os Xetá, Guarani e o Kaingang.

2 - NA LÍNGUA TUPI GUARANI O QUE QUER DIZER O NOME PARANÁ?

Rio comparado como o mar-rio

3 - RELACIONE:

- (1) XETÁ
- (2) GUARANI
- (3) KAINGANG

(2) VIVIAM EM ALDEIAS E ERAM AGRICULTORES.

(1) VIVIAM AS MARGENS DO RIO IVAÍ E SE ALIMENTAVAM DA CAÇA, FRUTOS, RAÍZES E LARVAS.

(3) VIVIAM EM CASAS SUBTERRÂNEAS E SE ALIMENTAVAM DE SEMENTES SECAS.

4: ASSINALE O CORRETO E COMPLETE A FRASE:

OS Xetá FORAM O ÚLTIMO GRUPO INDÍGENA A FAZER CONTATO COM O HOMEM BRANCO.

XETÁ     KAINGANG     GUARANI

O NOME PARANÁ TEVE ORIGEM DE QUE POVO INDÍGENA?

KAINGANG     XETÁ     GUARANI

ANEXO IV: Capa do Almanaque do “umuaraminha” produzido no ano de 2013



## APÊNDICES

APÊNDICE I: Depoimento do Sr. Lourival Sitta (ex-funcionário da COBRIMCO)

APÊNDICE II: Depoimento do Sr. José Chalegre (ex-diretor da COBRIMCO)

APÊNDICE III Depoimento do Sr. Marcos Vaz (cartunista, idealizador do “umuaraminha”)

## APÊNDICE I: Depoimento do Sr. Lourival Sitta (ex-funcionário da COBRIMCO)

Com a informação que um dos ex-funcionários da extinta COBRIMCO ainda residia em Icaraíma, Paraná, fomos a procura do mesmo e ele colaborou consideravelmente para o avanço de nossa pesquisa a partir de seu retalo sobre as atividades da Cia e também informando-nos a respeito de outro ex-funcionário da empresa que residia em um município vizinho.

“Eu fui contratado já não era COBRIMCO, era Santa Maria... ela se chamou Cobrimco, Companhia Brasileira de Imigração até 67... é primeiro de dezembro de 67.. depois mudou pra Santa Maria Agropecuária e Indústria s/a, acho que por causa de documentos... mas eu trabalhei bem pouco lá... quem vai saber bastante é o Chalegre, o João Chalegre, ele inclusive era diretor e na minha carteira de trabalho é ele que assinou, entrei na Cobrimco em 75 ... mas já não tinha muita coisa, ela já estava parando... quem vai saber certinho é o Chalegre, ele lembra bem... **ixi (nesse momento ele suspirou alto)** ... e então o Chalegre vai lembrar pessoal tudo da diretoria, do seu Amador, do seu Mario ... o seu Amador que foi fundador né, ele que começou, e ele era também do Bradesco... é... o duro que esse pessoal já quase morreu tudo né! Mas o Chalegre, ele ta morando em Ivaté, ele vai poder te dizer mais que eu... ele convivia com os diretores (...) A documentação foi levada tudo em 80 ainda pra fazenda São Francisco... tinha mapa... tudo marcadinho onde eram as terras, os lotes, eram tudo escritos a mão mesmo, mas bem certinho... tinha também os recibos de venda das terras, mas foi tudo pro galpão da sede da fazenda... eu não fiquei com nada, só tenho mesmo meu registro na carteira”

Entrevista concedida em: Maio de 2013.

## APÊNDICE II: Depoimento do Sr. José Chalegre (ex-diretor da COBRIMCO)

A partir das informações concedidas pelo Sr. Sitta, chegamos ao Sr. José Chalegre que contou-nos de sua trajetória na empresa e das últimas atividades realizadas pela empresa na região.

“Eu era garoto, eu limpava o chão do escritório, mas não sabia nada né! Eu era garoto! Ficava ali limpando as mesas, essas coisinhas e tal, aí fui aprendendo e ficando ali no escritório... eu entrei com doze nos ali... eu fiquei trinta anos lá! Trinta anos (...) É porque eu entrei com doze anos e fazia nada então, depois ele foi ensinando, eu fui aprendendo e fui subindo de cargo! Aí meu chefe saiu e eu entrei no lugar dele... e tal e tal daí depois eu vim pra cá; porque eu era da outra lá do Jaguapita ... aí depois eu vim pra cá... eu fiquei lá até eu ficar moco, uns dez anos, ta! ... aí eles me transferiram pra cá e aí assumi, aí eu fazia toda essa parte de documento pessoal, do financeiro... aí eu assinava a carteira dos funcionários (...)Tinha o escritório aqui na São Francisco, um escritório aqui em Monte Castelo, um escritório lá em Jaguapita (...)É... bem a COBRIMCO quando recebeu essas terras foi como benefício do governo né! A Cobrimco recebeu 300 mil alqueires né do governo, então era muita terra! Mas aí abriu os escritórios né ! Só que assim, tem o caso né, que a Cobrimco queria era só ganhar dinheiro, então ela não investiu muito em construir umas cidades boas! A melhorzinha era Santa Cruz do Monte Castelo... o negocio era vender, vender e vender... então aí ela quase não ficou com patrimônio daí foi diminuindo, ficou com uns lotes poucos que não conseguiram vender, mas bem pouco (...) A Combrimco tinha! mas era pouca coisa, o que tinha era pouco, os terrenos, as terras, Icaraíma então já não tinha mais nada... os terrenos já tava tudo vendido (...) A Santa Maria passou a dar a escritura dos terrenos sabe! Mas patrimônio nenhum... não tinha mais terra, sobrou praticamente nada (...)Esta semana eu estava arrumando aqui as gavetas vi que tinham uns mapas né! Na gaveta de cima, aí eu puxei e olhei, mas nem vi muito... aí tirei eles de cima e coloquei embaixo, e os documentos debaixo eu coloquei em cima... aí eu abri de novo as gavetas e lembrei dos mapas e fui olhar... ainda bem que olhei aí lembrei de você! Acho que já tem uns 10 anos que eles estão aí!”

Entrevista concedida em: Setembro de 2013

### APÊNDICE III: Depoimento do Sr. Marcos Vaz (cartunista, idealizador do “umuaraminha”)

Umuarama tem como um de seus símbolos o personagem “umuaraminha” e objetivando compreender de que como este foi contruído e com qual finalidade procuramos o idealizador do projeto que nos concedeu entrevista.

#### **O que te motivou a criação do personagem?**

Eu era ainda muito jovem e não tinha a noção da importância dos Xetás, sabia apenas que Umuarama era um nome indígena e portanto, nada mais natural do que ser representada na imagem de um índio que, por ser dali, só poderia ser Xetá. A motivação real foi simplesmente homenagear a cidade, e criei o personagem despreziosamente, dentro da Turma do Brilhante, que era então meu personagem principal. A idéia, no entanto, começou a tomar uma proporção diferente depois que o apresentei à minha professora Judith Barbisan, que adorou meu trabalho e se propôs a me ajudar. Primeiro ela conseguiu minha primeira entrevista para uma rede de TV, eu tinha então 15 anos, em 1986. Apresentamos o Umuaraminha e a empatia com algumas pessoas foi imediata. Em 1988, eu registrei o personagem na UFRJ, Escola de Belas Artes. Em 1989 desenvolvi o Projeto Umuaraminha, com a intenção de transformar o curumim Xetá em símbolo de Umuarama, mas não exatamente em símbolo oficial e sim num símbolo afetivo e carismático da população umuaramense, fazer dele nossa mascote. Nunca me passou pela cabeça que ele viesse a se tornar lei. E ele se tornou em 1990 quando no dia 05 de abril foi promulgada a Lei Orgânica Municipal que colocou o Umuaraminha como símbolo oficial de Umuarama, representativo de sua etnia. Houveram muitos contratempos para isso, mas com o apoio de pessoas maravilhosas o Umuaraminha se tornou oficial.

#### **O que esperava e espera com a veiculação do personagem?**

Como disse, como a criação aconteceu por acaso, e dada minha juventude, eu não tinha a intenção por exemplo de levantar a bandeira Xetá. Isto veio a acontecer com o tempo, quando eu tive a oportunidade de me debruçar sobre a história destes indígenas e aprender a importância dos primeiros habitantes destas terras. Eu esperava, ao criar as Histórias em Quadrinhos com o Umuaraminha, resgatar a importância do contato do homem com a natureza, falar da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da vida simples, veja, isto antes da Eco 92, que veio debater os mesmos temas alguns anos depois! O Umuaraminha por ser um índio representava a ingenuidade, o homem no seu contato benéfico com a natureza, sem a imposição da cultura do homem branco. A ingenuidade dos primeiros anos deu lugar a consciência de tudo o que sofreu o povo Xetá. Aprofundi-me o quanto pude com o material à disposição no Centro Cultural Vera Schubert e na biblioteca, tratando deste povo. Fotos, fatos e matérias mostravam a importância da nação Xetá para o mundo, inclusive os movimentos internacionais para que fossem preservados, quando do início da colonização, principalmente na Europa. Os Xetás formavam uma tribo genuinamente paranaense, única, que despertou o interesse de pesquisadores do mundo todo. Era como se o tempo fizesse uma volta e retornasse ao passado. Em pleno século XX havia uma comunidade vivendo nos moldes de 6 mil anos atrás. Mas isto não adiou a fatalidade a que foram condenados. Bastaram 20 anos para o extermínio de sua civilização. Acompanhei o esforço dos 8 últimos remanescentes Xetás pela criação de sua Reserva Indígena. Mas já era tarde. Apesar de sua importância na compreensão da espécie

humana, ou dos esforços isolados para estudá-los, nos anos 40/50, não foram poupados. Se a Reserva houvesse sido criada na região de Serra dos Dourados, como exigia em 1956 o professor José Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia do Paraná, e o naturalista Chico Chestmir Loukotta, os índios Xetás jamais teriam sido extintos. Mas assim é a história, e o que nos resta é resgatar a memória Xetá. O que o Umuaraminha faz modestamente. Mas faz.